



Projecto de Emergência Para a Melhoria de Qualidade e Eficiência de Energia (PERIP)

Plano de Reassentamento Substancialmente Completo



Junho de 2017

Electricidade de Moçambique, E.P.

Projecto de Emergência Para a Melhoria de Qualidade e Eficiência de Energia (PERIP)

Plano de Reassentamento Substancialmente Completo

Junho de 2017

Electricidade de Moçambique, E.P.

Conteúdos

Capítulo	Título	Página
	Lista de Siglas e Abreviaturas	iii
1.	Introdução	4
1.1	Visão Geral	4
1.2	Contextualização	4
1.3	O Proponente	6
2.	Descrição do Projecto	7
2.1	Visão Geral	7
2.2	Actividades do Projecto causadoras de impactos de deslocamento	7
3.	Impactos	10
3.1	Visão Geral	10
3.2	Impactos sociais gerais do projecto	10
3.3	Impactos do Reassentamento	10
4.	Princípios e objectivos do Plano	12
4.1	Visão geral	12
4.2	Objectivos do Plano	12
4.3	Preparação do plano	12
4.4	Consulta aos afectados	12
5.	Reduzindo os impactos	16
5.1	Visão geral	16
5.2	Planificação para evitar o Reassentamento	16
5.3	Antecipação de detalhes do Projecto e estudo adicional de alternativas que mitigassem impactos	16
6.	Características socioeconómicas	24
6.1	Visão geral	24
6.2	Enquadramento	24
6.1	Perfil socioeconómico das PAP	25
6.2	Actividades económicas	27
7.	Quadro Legal	31
7.1	Visão Geral	31
7.2	Legislação relevante	31
8.	Elegibilidade e Categorias de PAP	34
8.1	Visão geral	34
8.2	Categorias das PAP e Direitos à Compensação	34
9.	Data limite	36
9.1	Visão geral	36
9.2	Declaração da data limite	36
10.	Processo de Implementação	37
10.1	Visão geral	37
10.2	Estrutura organizacional e mecanismos de implementação	37
10.3	Consulta e comunicação as PAP e mecanismos de gestão reclamações	40
11.	Calendário de implementação	44
11.1	Visão geral	44
12.	Orçamento estimado	46
12.1	Visão geral	46
12.2	Cálculo de orçamento	46
13.	Avaliação e Monitoria	49
13.1	Visão geral	49

13.2	Processos de monitoria	49
------	------------------------	----

Anexos 53

Appendix A.	Consulta Pública	54
A.1.	Relatório de perguntas e respostas	54
A.2.	Lista de Presenças – Marracuene e Maputo	62
Appendix B.	Relatório fotográfico	68

Figuras

Figura 2-1:	Linhas de 66 kV (em verde) e 33 kV (em azul) cobertas pelo Plano e indicação daquelas com impactos de deslocamento (sobreposição em amarelo)	9
Figura 4-1:	Fotos de consultas colectivas e individuais às PAP	13
Figura 5-1:	Subdivisão das subcomponentes de linhas de transporte de energia de 66 kV em secções - Maputo	17
Figura 5-2:	Alternativas analisadas na Secção C	18
Figura 5-3:	Alternativas analisadas na Secção D	19
Figura 5-4:	Alternativas analisadas na Secção F	20
Figura 5-5:	Alternativas analisadas na Secção R, S e T	23
Figura 7-1:	Corredor de Impacto	32
Figura 7-2:	Distancias de segurança consideradas no Projecto	33

Tabelas

Tabela 1-1:	Dados de Contacto do Proponente do Projecto	6
Tabela 2.1:	Resumo Geral das Componentes-Chave do Projecto causadoras de impactos de deslocamento	8
Tabela 3.1:	Sumário de Perdas	11
Tabela 6.1:	Distribuição dos geográfica dos Agregado Familiares inquiridos	25
Tabela 6.2:	Tipos de actividades desenvolvidas pelos AFs Inquiridos	27
Tabela 13-1	Actividades e resultados que podem Guiar a Monitoria do Processo de Compensação	49
Tabela 13-2	Indicadores de impactos para a Avaliação Final	51

Lista de Siglas e Abreviaturas

#	Número
AIS	Avaliação de Impacto Social
ASC	Área de Serviço ao Cliente da EDM
BM	Banco Mundial
CC	Comité de Compensação
CP	Consulta Pública
CdI	Corredor de Impacto
CS	Consultor de Salvaguardas Sociais
CV	Consultor de Viabilidade
DAS	Departamento Ambiental e Social da EDM
DEP	Direcção de Electrificação e Projectos da EDM
DRT	Direcção de Redes de Transporte da EDM
EDM	Electricidade de Moçambique, EP.
FS	Facilitadores Sociais
GICO	Gabinete de Comunicação e Imagem da EDM
m	Metro
MITADER	Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
mt	Meticais
MVA	Megavolt Amperes— Unidade de medida de potência
OLC	Oficial de Ligação Comunitária
PAP	Pessoa Afectada pelo projecto
PAR	Plano de Acção de Reassentamento
PD	Padrões de Desempenho
PF	Pontos Focais
PERIP	Projecto de Emergência para a Melhoria da Qualidade e Eficiência de Energia
PF	Ponto Focal
PO	Política Operacional
QPR	Quadro de Política do Reassentamento
SE	Subestação
UIP	Unidade de Implementação de Projecto
USD	Dólar Norte Americano

1. Introdução

1.1 Visão Geral

O presente capítulo apresenta a contextualização do Projecto de Emergência para a Melhoria da Qualidade e Eficiência de Energia (PERIP) e seu proponente, a Electricidade de Moçambique, E.P.

1.2 Contextualização

A Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM) é a entidade que gere o serviço público de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica em Moçambique. A EDM E.P. tem estado a aumentar a rede de transporte e distribuição de energia eléctrica em todas as Províncias do País e grande parte dos Distritos incluindo algumas localidades.

A EDM prepara-se para implementar o Projecto de Emergência para a Melhoria da Qualidade e Eficiência de Energia (PERIP), que possui subprojectos nas províncias de Maputo Cidade, Maputo Província, Inhambane, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

O PERIP foi categorizado de B a nível do Banco Mundial. O Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) categorizou os subprojectos de Maputo em B e os das restantes províncias em C. Foi já obtida a aprovação do Projecto a nível do MITADER.

A preparação do PERIP incluiu a elaboração de um Quadro de Política de Reassentamento (QPR) para todos os subprojectos com aquisição de terra e uma Avaliação de Impacto Social para os subprojectos de Maputo. Ambos documentos serviram de instrumentos para facilitar evitar situações de deslocamento físico, todavia persistem impactos de deslocamento económico.

A nível do Banco Mundial é necessário um Plano de Reassentamento para endereçar os impactos de deslocação quer física como económica, ou ambos. Importa referir que de acordo com o Banco Mundial o “reassentamento involuntário refere-se tanto ao deslocamento físico (ou desalojamento) quanto ao económico (perda de bens ou de acesso a bens ocasionando perda de fontes de renda ou de outros meios de subsistência) resultante da aquisição de terras relacionadas a um projecto e/ou de restrições ao uso dessas terras”. O presente documento é um plano para implementar as actividades de compensação e mitigação dos impactos de perdas económicos que serão causados pelo PERIP em Maputo.

Portanto como preparação para a implementação do PERIP financiado pelo Banco Mundial, é elaborado o presente Plano de Reassentamento Substancialmente Completo

seguindo as normas do Banco Mundial de nomenclatura dos planos de reassentamento. Adiante é designado simplesmente por “Plano” ou PAR. A nomenclatura do presente Plano não é identificada especificamente na legislação Moçambicana (entendido como aquele que requer a realocação física). Contudo, para distinguir o Plano actual, do produto do processo bastante moroso e caro de planificação para reassentamento legislado, após a conclusão deste Plano, para uso em Moçambique, será designado por ‘Plano de Compensação’.

O Plano é elaborado na sequência e em conformidade com o QPR do Projecto, que apresenta o quadro geral para qualquer actividade de reassentamento que possa ser necessário no âmbito do PERIP, e tem em vista evitar casos de reassentamento e garantir uma justa compensação das Pessoas Afectadas pelo Projecto (PAP) por forma a restaurar e melhorar os seus meios de subsistência comparativamente ao estado antes do Projecto (entendido como antes do início do processo de reassentamento).

Assim, o Plano incide exclusivamente sobre as subcomponentes do PERIP com impactos de deslocamento económico e com disponibilidade de dados que permitam a quantificação preliminar das perdas.

Este Plano é um documento vivo, os seus elementos poderão ser modificados quanto for recebida informação actualizada do desenho detalhado e durante a implementação do Projecto sempre em conformidade com a legislação nacional e a OP4.12 e as disposições aplicáveis do QPR do PERIP.

Logo que exista o resultado do estudo final de desenho detalhado para as linhas de 66 kV e de 33 kV em Maputo, no seu todo ou em secções, poderá se validar os impactos previstos neste Plano e dar-se seguimento a avaliação dos activos afectados, assinaturas de acordos sobre as perdas e, posteriormente, acordos referentes a planificada compensação dos danos e perdas. O RAP final devera ser aprovado pelo Banco antes do lançamento da licitação das obras do subprojecto de Maputo.

As recomendações do QPR e do presente PAR devem ser tomadas em conta pelo consultor de desenho detalhado com vista a mitigar ainda mais impactos de deslocamento, principalmente a nível das linhas de 33 kV onde não se fizeram estudos de alternativas de localização mitigadoras de impacto.

Apesar de se prever redução dos impactos indicados no Plano, não se descora a possibilidade de surgimento de novos impactos. Caso extraordinariamente o Projecto cause deslocamento físico os procedimentos da Política Operacional 4.12 do Banco Mundial serão seguidos e acionado o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto Nº 31/2012 de 8 de Agosto). Os PAR abreviados específicos que resultem de tais situações serão submetidos a aprovação do Banco Mundial antes de serem implementados e antes de iniciar actividades nas áreas impactadas.

1.3 O Proponente

A EDM, empresa pública de Electricidade em Moçambique, é o Proponente do Projecto (ver detalhes na Tabela 1-1). É responsável pelo desenvolvimento e implementação do Projecto em nome do Governo de Moçambique. A EDM foi transformada em empresa pública em 1995, com a responsabilidade de prover o abastecimento público de electricidade, incluindo a geração, transporte, distribuição e comercialização por todo o país.

Tabela 1-1: Dados de Contacto do Proponente do Projecto

Proponente do Projecto	Informação
Nome da Empresa	Electricidade de Moçambique, E.P.
Endereço	Av. Filipe Samuel Magaia No. 368, Caixa Postal no. 2532, Maputo, Moçambique
Telefone	(+258) 21353600
Fax	(+258) 21322074
Correio electrónico	Joao.Catine@edm.co.mz
Página de Internet	www.edm.co.mz

A EDM contratou um provedor de serviços, um Consultor Social, para a elaboração deste documento.

2. Descrição do Projecto

2.1 Visão Geral

O Projecto de Emergência para a Melhoria da Qualidade e Eficiência de Energia (PERIP) irá criar benefícios para a rede de energia eléctrica de Moçambique através de subprojectos estratégicos que serão implementados em oito províncias. Este capítulo descreve as actividades do PERIP com impactos de deslocamento com pormenores suficientes que permitem quantificar os impactos.

2.2 Actividades do Projecto causadoras de impactos de deslocamento

O PERIP inclui investimentos urgentes com vista a reabilitação e ampliação das infraestruturas de transporte e distribuição da energia eléctrica nas Províncias de Maputo Cidade, Maputo Província, Inhambane, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Os detalhes das actividades a serem desenvolvidas por cada subprojecto são apresentados no QPR.

Recapitulando de forma sumária, as intervenções do PERIP consistem em:

- Reabilitação, substituição ou acréscimo de equipamentos em subestações existentes, em todas províncias de implementação, menos na Província de Inhambane;
- Expansão de capacidade de geração na central térmica a gás de Temane, na Província de Inhambane;
- Reabilitação e ampliação da rede de transporte em Maputo;
- Reabilitação e ampliação da rede de distribuição em Maputo Cidade, Maputo Província e Nacala.

Em todas as subestações a intervir existe espaço disponível para os equipamentos previstos bem como o acesso às subestações permitem a circulação de equipamentos para execução das actividades previstas, descartando-se assim qualquer risco de impactos de deslocamento físico ou económico das intervenções nas subestações, acontecendo o mesmo na central térmica a gás de Temane, onde será instalado equipamento adicional de geração de energia a partir do gás natural.

As servidões das linhas de transporte e distribuição já implantadas têm estado a ser ocupadas por construções (habitações, comércio, etc.) e árvores, principalmente. A reabilitação da rede de transporte e distribuição pelo Projecto, bem como a sua ampliação para novas áreas, está sujeita a ocupação de terra com impactos de deslocamento. O QPR abrangeu todas as linhas de transporte e distribuição.

Durante a elaboração do QPR foi possível excluir a necessidade de reassentamento (quer físico como económico) em algumas linhas do projecto. Recentemente, na elaboração do presente Plano, foram desenvolvidas acções de mitigação adicionais que

permitiram excluir o deslocamento económico em mais linhas¹. As actividades do Projeto com necessidade de reassentamento (deslocamento económico) cobertas por este Plano são apresentadas na tabela e figura que se seguem.

Tabela 2.1: Resumo Geral das Componentes-Chave do Projecto causadoras de impactos de deslocamento

Cód.	Princípio	Fim	Capacidade	Extensão (km)	Actividade	Secção	Província /Cidade	Bairros/Distritos
3.1	SE Matalane	SE Costa do Sol	66 kV, 120 MVA	36	Construção de nova linha	B	Província de Maputo	Marracuene (Zintava, Mapulago, Vila de Marracuene e Muntanhana) e Cidade de Maputo (Bairro de Albasine)
3.3	SE Zimpeto	SE Costa do Sol	66 kV, 120 MVA	14	Construção de nova linha	F	Província e Cidade de Maputo	13,6 km de nova linha aérea de 66 kV, 120 MVA, da SE 10 (Zimpeto) a SE11 (Costa do Sol).
3.5b	Fábrica 2M	SE CTM	66 kV, 120 MVA	3	Reabilitação	R, S e T	Cidade de Maputo	Inhagoia B, Jardim, Luís Cabral e CFM
EK4	SE 9 Magoanine	Av. Grande Maputo	33 kV	7	Reabilitação	U	Cidade de Maputo	Bairros de Albasine, Mahotas, Magoanine A e B (segue pela Av. Sebastião Marcos Mabote)
EL Guava	Av. Grande Maputo	SE Marracuene	33 kV	13	Reabilitação	V	Província de Maputo	Bairros Zintava, Ricatla e Guava no distrito de Marracuene

¹ O estudo de alternativas de localização realizado pela EDM e os intervenientes envolvidos na elaboração deste Plano não foi extensivo as duas linhas de 33 kV cobertas pelo Plano pois os dados destas linhas ficaram disponíveis a posterior. Esse estudo (de re-alinhamento das linhas para mitigar impactos) será feito a posterior e certamente irá permitir reduzir impactos, podendo até se obter zero impacto de deslocamento.

Figura 2-1: Linhas de 66 kV (em verde) e 33 kV (em azul) cobertas pelo Plano e indicação daquelas com impactos de deslocamento (sobreposição em amarelo)



3. Impactos

3.1 Visão Geral

Nas condições iniciais, o Projecto apresentou riscos de impactos consideráveis a nível de deslocamento físico e económico. Esse deslocamento tem impactos sociais significativos sobre os afectados e acarreta custos consideráveis a nível de tempo e dinheiro que iriam comprometer o carácter de urgência que se pretende do Projecto. Medidas foram tomadas para evitar o deslocamento físico e minimizar o deslocamento económico. Os impactos residuais, após as mitigações adoptadas, são apresentados neste capítulo.

3.2 Impactos sociais gerais do projecto

O relatório de Avaliação de Impactos Sociais identificou que os principais impactos do Projecto far-se-ão sentir nos seguintes domínios:

- Geração de emprego;
- Deslocamento económico;
- Fornecimento de electricidade.

Por outro lado, particularmente durante a fase de construção, o Projecto irá elevar o potencial de ocorrência de acidentes. As medidas de mitigação e potenciação relacionadas com a saúde e segurança comunitária ocupacional estão já recomendadas no mesmo relatório.

Atendendo a tipologia de actividades do Projecto (instalação de equipamentos em subestações, reabilitação de linhas existentes e expansão de novas em servidões de estradas), a duração (18 meses de construção) e extensão geográfica abrangida (áreas urbanas a periféricas de municípios e distritos próximos) não se prevê a transmissão de doenças, conflitos sociais, mudanças nas relações de género, descobertas de achados de valor patrimonial, mudanças na coesão e meios de subsistência da comunidade.

O presente plano focaliza apenas as actividades do Projecto com impactos de deslocamento que resultam em compensação.

3.3 Impactos do Reassentamento

O Projecto irá demandar ocupação do solo que resultará em deslocamento económico de 69 activos pertencentes a 34 proprietários, entre familiares (total de 32 AF) e comerciais (2). A tabela abaixo sumariza as perdas.

Tabela 3.1: Sumário de Perdas

Tipo de perda	Tipo de obra	Nr de activos		Área impactada (m ²)		Nr de Proprietários
		66 kV	33 kV	66 kV	33 kV	
Árvore (eucaliptos)	Nova linha aérea	30	0	-	-	1
Hortícolas	Reabilitação	22	0	4750	0	17
Interrupção de actividade agrícola por dois meses ²	Reabilitação	22	0	4750	0	-
Terra de uso agrícola (ocupação permanente) ³	Reabilitação	1	0	100	0	-
Terra de uso comercial (ocupação permanente)	Reabilitação	1	0	27	0	1
Interrupção de negócio por um dia	Reabilitação		2	-	-	2
Banca em chapas de zinco	Reabilitação		3	0	12	3
Passeio em 1 m ²	Reabilitação		10	0	10	10
Total						34

² Os 17 AF da segunda linha da tabela sofrerão por impactos (i) de perda de consociação de hortícolas e (ii) interrupção de actividade agrícola. Estima-se que a interrupção seja de até um mês, todavia, o Plano assume dois meses por precaução.

³ Uma das 17 famílias com impactos temporários em terra agrícola perderá acesso permanente a terra agrícola, em local de implantação de novo poste.

4. Princípios e objectivos do Plano

4.1 Visão geral

O objectivo de desenvolvimento do Projecto é um foco importante do Plano. Para cumprir com os objectivos de desenvolvimento do Projecto, os princípios e objectivos do Plano são descritos abaixo.

4.2 Objectivos do Plano

O presente Plano tem por objectivo garantir justa compensação das Pessoas Afectadas pelo Projecto (PAP) por formas a restaurar e melhorar os seus meios de subsistência comparativamente ao estado anterior ao Projecto. O Plano é elaborado em conformidade com os princípios estipulados pelo QPR do PERIP.

4.3 Preparação do plano

Os princípios descritos no QPR do PERIP e na Política Operacional PO/PB 4.12 sobre Reassentamento Involuntário do Banco Mundial foram utilizados na preparação deste Plano. O Plano tem em consideração as provisões da legislação nacional.

O Plano foi elaborado de forma participativa, para minimizar os impactos negativos e assegurar que os benefícios do Projecto sejam aproveitados por todas as PAP, tendo compreendido:

- Revisão documental;
- Reuniões com o pessoal do PERIP e do Departamento Ambiental e Social (DAS) da EDM;
- Trabalho de campo nos locais de implementação do Projecto com impactos de deslocamento;
- Análises de SIG;
- Visita de campo conjunta com EDM e o consultor de desenho técnico com vista a apresentar orientação de constrangimentos sociais a mitigar;
- Consulta e censo às pessoas afectadas pelo projecto;
- Reuniões com e entrevista a informantes chave, incluindo lideranças locais;
- Inventário dos activos afectados;
- Proposta de mecanismos de compensação.

4.4 Consulta aos afectados

O início do processo de consulta às partes interessadas e afectadas pelo Projecto encontra-se descrito no Capítulo 14 e Apêndice 3 do QPR.

Durante a elaboração do Plano deu-se continuidade às consultas às PAP, através da realização de uma reunião com a liderança e o colectivo de agricultores potencialmente afectados, da Associação Sombra da Enxada, nos dias 17 e 18 de Maio de 2017, com vista a apresentação do projecto, impactos relacionados e preparação para o censo. A seguir, conduziu-se o censo na área das machambas do Vale do Infulene nos bairros do Jardim e Luís Cabral, a única área do Projecto onde há concentração de afectados, em Maio de 2017.

Em princípios de Junho de 2017, conduziu-se o censo às PAP dispersas pelas restantes áreas do Projecto. O censo constituiu numa oportunidade de comunicação da intenção do Projecto às PAP e consulta individual a todos afectados sobre suas expectativas relativamente ao processo de compensação.

As fotos que se seguem documentam as reuniões e consultas individuais realizadas e o Apêndice B apresenta as expectativas expostas pelas partes interessadas e afectadas.

Figura 4-1: Fotos de consultas colectivas e individuais às PAP



As consultas realizadas na preparação do Plano, permitiram saber as expectativas das PAP, sua abertura, ou não, para o Projecto e sua elegibilidade a compensação. As expectativas úteis ao Projecto incluem:

- A Avenida Marginal é uma área nobre onde os proprietários de edifícios comerciais tem influenciado a EDM para substituir linhas aéreas por cabos subterrâneos e pagam as despesas resultantes;
- Algumas potenciais PAP nas margens da Av. Grande Maputo esclarecem o tamanho de seus terrenos e o espaço reassentado pela Maputo Sul para dar lugar a estrada e sua servidão⁴.
- Algumas PAP clamam pela implementação do projecto para a melhoria da qualidade de energia e benefício comum da comunidade e apelam sua urgência, mostrando-se assim disponíveis a cooperar com o processo. Alguns destes recomendam que o Projecto deve considerar também a iluminação pública.
- Uma PAP, solicitou desvio da actual linha que passa por cima de sua residência por temer cancro. Este PAP construiu uma piscina por baixo da linha.

As expectativas e preocupações das PAP, principalmente as listadas acima, contribuíram para o processo de minimização de casos de deslocamento, escolha de alternativas de traçados do Projecto e definição das etapas subsequentes da

⁴ A Maputo Sul, EP. está a implantar o projecto de construção da Estrada Circular, que compreende a abertura de estradas e a reabilitação e ampliação de segmentos de estradas existentes. A Av. Grande Maputo foi asfaltada e ampliada (em comprimento e largura) no âmbito do projecto da Circular. Este Plano (de compensação para o projecto PERIP em Maputo) considerou que haveria necessidade de compensar ao “Estaleiro Águas Langa” durante a substituição de um poste de 33kV no âmbito do PERIP, todavia, durante o processo de consulta as PAP para a planificação do censo deste Plano o proprietário, Sr. Sérgio Júlio Langa, informou que o poste está em espaço público na servidão da Circular e que a substituição não prejudicaria a sua actividade embora tenha alguns blocos de construção a venda próximo ao poste.

Por outro lado, na rotunda entre a Av. Grande Maputo e o prolongamento da Av. Marginal existe uma casa com quintal não vedado aparentemente próximo a estrada (foto inferior esquerda na figura 4.1). Durante o processo de consulta de planificação do censo a filha da proprietária e residente na casa informou que haviam sido compensados pela Maputo Sul e em chamada telefónica a proprietária, Sra. Elisabete Tchavene Silvano, informou que entre a casa e estrada existe uma servidão de 15m.

compensação. O resultado das escolhas de alternativas encontra-se no Capítulo 5 deste Plano.

As preocupações das PAP inerentes ao funcionamento de outras actividades da EDM, sem possibilidade de resposta através deste Plano e o do Projecto foram canalizadas para consideração da EDM.

O item 10.2 deste Plano recomenda as acções adicionais de consulta as PAP durante e após a compensação.

5. Reduzindo os impactos

5.1 Visão geral

O princípio mais importante da planificação do reassentamento defendido pela OP 4.12 do Banco Mundial consiste em tentar evitar o reassentamento, sempre que for possível, e minimizar o seu impacto alterando os desenhos dos projectos. Este capítulo descreve as medidas adoptadas para reduzir impactos durante a elaboração do Plano.

5.2 Planificação para evitar o Reassentamento

À semelhança de outros locais em Moçambique, Maputo Cidade e Província registam um crescimento de assentamentos desordenados, principalmente nas zonas peri-urbanas e, esta situação resulta na ocupação de espaços não previstos para habitação ou pequenos e grandes negócios, prejudicando a servidão de infraestruturas existentes e dificultando a implementação de projectos de desenvolvimento.

O reassentamento tem impactos sociais significativos sobre os afectados e aumenta o orçamento do Projecto. Onde não é possível alterar o alinhamento, o Projecto deverá investigar e ajustar os critérios de localização ou as técnicas de construção para evitar ocupações e reduzir a área superficial dos impactos, mantendo sempre a viabilidade do Projecto.

O QPR descreve de forma detalhada e ilustrativa diversas acções que foram desenvolvidas durante sua elaboração para excluir o reassentamento físico e minimizar o deslocamento económico, por se tratar de um Projecto de categoria B. Essas acções incluem medidas tecnológicas e de localização com menores impactos, nomeadamente:

- Uso de postes ou torres com maior capacidade (maior altura para permitir afastamento seguro dos condutores das linhas a usos comunitários e capacidade para suportar diversas linhas em um único poste ou torre sem necessidade de abertura de mais servidões);
- Uso de cabos subterrâneos em áreas de maior ocupação do solo;
- Substituição manual de condutores em postes e torres existentes em áreas confinadas;
- Estabelecimento de áreas livres baseadas em margens de segurança nas zonas urbanas ao invés de limpeza de toda servidão;
- Estudo de alternativas de localização das infraestruturas do projecto.

5.3 Antecipação de detalhes do Projecto e estudo adicional de alternativas que mitigassem impactos

A elaboração do Plano deu seguimento às opções acima com vista a mitigar impactos do reassentamento. De facto, o principal contributo do Plano é a redução significativa de impactos através de contínuos estudos de alternativas.

Durante a condução do censo para a elaboração do Plano, o Consultor Social verificou existirem impactos consideráveis em algumas alternativas recomendadas pelo QPR e considerando a falta de precisões de desenho, o Consultor Social antecipou parte do trabalho do consultor de desenho detalhado e fez um estudo de campo de definição de traçados em conjunto com técnicos da EDM. Essa postura fez com que a elaboração do Plano consumisse mais tempo e se descartassem alguns dos dados colectados, por ter-se identificado alternativas técnica e socialmente mais viáveis.

As estratégias sugeridas no QPR e as alternativas discutidas neste Plano que permitiram reduzir os impactos, foram acordadas com a EDM e devem ser consideradas pelo Consultor do estudo do desenho detalhado, para que a minimização de impactos seja integrada no desenho detalhado.

O QPR apresenta o seccionamento dos subprojectos de linhas de alta tensão através da figura abaixo.

Figura 5-1: Subdivisão das subcomponentes de linhas de transporte de energia de 66 kV em secções - Maputo



A seguir apresenta-se a validação ou recomendação de ajustes às alternativas consideradas no QPR, no âmbito da actualização efectuada durante a elaboração do Plano.

Secção A, de futura SE Matalane a actual linha de 66 kV para Manhiça

A Secção A não está incluída neste plano por não se conhecer o seu trajecto. Será objecto de um Plano de Reassentamento autónomo, depois de serem obtidos mais detalhes sobre a localização da futura subestação de Matalane.

Secção B, ao longo da servidão da linha de 66 kV para Manhica

Foi validada a escolha do QPR em passar a nova linha em circuito duplo na servidão da linha de 66 kV de SE Infulene para Manhica, podendo ser em um poste de circuito triplo ou colocando a linha no outro lado da estrada da linha existente. Uma residência com piscina foi construída por baixo da linha actual. Neste local, caso seja montado em circuito triplo, deverá se fazer um ligeiro desvio da linha. Alguns dos postes actuais cruzam perpendicularmente com ruas que começam a apresentar sinais de erosão. Recomenda-se o afastamento dos postes das ruas perpendiculares.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Secção C, ligação da linha existente de 66 kV à Vila de Marracuene

A Secção C consiste na ligação entre a linha existente de 66 kV para a Vila de Marracuene e posteriormente para a SE Marracuene. A alternativa sugerida no QPR (linha laranja que inclui passagem pela Vila de Marracuene) passa por uma área povoada com potencial de impacto elevado de deslocamento económico. Depois do levantamento dos dados, o Plano descartou esta alternativa por ter identificado uma alternativa viável sem impactos de deslocamento. Tecnicamente esta alternativa é recomendável por ser mais curta e com menos curvas. Terão de ser tomadas medidas de segurança devido a presença de uma conduta de gás natural ao longo da Estrada Nacional 1 (N1). A nova proposta de traçado é apresentada em verde, abaixo.

Figura 5-2: Alternativas analisadas na Secção C



Fonte: Gaye Thompson e David Malauene

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Secção D, Ligação entre a Vila de Marracuene à SE Marracuene

Com a inovação adoptada na Secção C fica desnecessária a linha entre a vila e a subestação de Marracuene e todos impactos sociais daí resultantes. Assim, a Secção D é reservada a conexão entre a SE Marracuene ao nó da circular na vila de Marracuene onde a linha desvia para a SE 11 (Costa do Sol). Deverá usar-se postes altos (cerca de 24m) em frente a dois estaleiros onde camiões fazem manobras e basculham areia, logo após a saída da SE Marracuene.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Figura 5-3: Alternativas analisadas na Secção D



Fonte: Gaye Thompson e David Malauene

Secção E, de SE Marracuene a SE 11 na Costa do Sol

São validados os pressupostos apresentados no QPR relativamente a esta Secção.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Secção F, da SE 10 no Zimpeto a SE 11 na Costa do Sol

O QPR sugeriu que a Secção F seguisse a margem Norte da estrada, todavia, o Plano recomenda que a linha atravessasse para a margem Sul após a rotunda do CMC. Essa travessia permite reduzir os impactos da linha, devendo, no entanto, obedecer-se medidas de segurança à saída da SE de Zimpeto, através do uso de postes mais

elevados para evitar impacto a três residências. Poderá haver necessidade de compensar eucaliptos numa plantação existente na margem da estrada.

Impactos de deslocamento: 30 eucaliptos.

Figura 5-4: Alternativas analisadas na Secção F



Fonte: Gaye Thompson e David Malauene

Secção G, chegada a SE11 da Costa do Sol

A secção G segue entre a rotunda da Grande Maputo no prolongamento da Avenida Marginal à SE 11 (Costa do Sol), ao longo da Circular de Maputo. A recomendação do QPR consistiu unicamente na escolha da margem Oeste, por maior disponibilidade de espaço. Próximo a rotunda do Grande Maputo existe uma linha de 33 kV, para além de outras de menor dimensão. Durante a elaboração do Plano a EDM assumiu que a linha 33 kV será transferida para novos postes que suportem a linha actual e as planeadas, dispensando-se assim a necessidade de aquisição de terra adicional e impactos associados.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Secção H, da SE11 (Costa do Sol) ao Restaurante Costa do Sol

A secção H segue da SE 11 (Costa do Sol) ao longo da Circular pelo prolongamento da Av. Marginal. Ao chegar a Rua Dona Alice existem poucas moradias na servidão da estrada, das quais uma com piscina. Nesse local, o Plano recomenda passar a linha por trás da Av. Marginal, numa rua próxima a área de mangal. O desvio da linha poderá

acontecer numa pequena rua entre o condomínio Casa Jovem e as casas a mitigar e não na Casa Jovem como adiantado no QPR por forma a mitigar impactos próximo a Casa Jovem.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Secção I, do Restaurante Costa do Sol a SE 5 (UEM na Av. Júlios Nyerere)

Do Restaurante Costa do Sol a linha irá percorrer a Av. da Marginal aonde já existem várias outras linhas até ao Physical. Durante a consulta pública o representante do autódromo do ATCM reclamou que as linhas deveriam ser deslocadas porque se pretende desenvolver projectos de construção vertical no terreno do ATCM. Por outro lado, outros utentes de propriedades na servidão da estrada têm requerido a colocação de cabos subterrâneos em frente a suas propriedades, o exemplo mais recente aconteceu no supermercado Game, entre a elaboração do QPR e este Plano. Durante a elaboração do Plano, a EDM concordou em passar a linha em cabo subterrâneo ao longo desta secção, anulando-se assim os impactos de deslocamento económico que estavam em análise.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Secções K, L e M, ligação entre as subestações SE1, SE5 e SE7

São validados os pressupostos apresentados no QPR relativamente as Secções K, L e M. O percurso das secções ligando as subestações SE1 (Tempo), SE5 (UEM) e SE7 (Shoprite) será em cabos subterrâneos por forma a mitigar impactos sociais.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum.

Secções N, O e P, entre SE Infulene e a Fábrica 2M

São validados os pressupostos apresentados no QPR relativamente a estas secções. O conjunto das secções N, O e P vão de SE Infulene para a Fábrica 2M. Devido a densidade populacional, o método de construção considera somente substituir os condutores por meio de guinchos e cabo-guia transportado manualmente por operadores, mantendo os mesmos suportes (torres metálicas). A decisão por processo manual visa mitigar impactos de deslocação económica, porem a actividade apresenta alguns riscos de acidente porque existem residências por baixo da linha a substituir. As acções para mitigar os riscos são apresentadas no Plano de Gestão Social que constitui parte integrante da Avaliação de Impacto Social.

Sumário de Impactos de deslocamento: nenhum. O empreiteiro deverá dispor de contingência para compensar quaisquer acidentes que danificam propriedade de terceiros. O processo de compensação deverá basear-se nos critérios do QPR.

Secção Q, da Fábrica 2M a SE 6 (Jardim)

Um dos sete postes da actual linha de 66kV entre a 2M e a SE 6 (Jardim), DL2, está no meio de residências, não sendo por isso possível substituir o poste sem deslocar residências. O Plano recomenda o uso de cabo subterrâneo entre os postes

imediatamente antes e depois do poste problemático ou ao longo de toda seção da linha.

Sumário de perdas após minimização: nenhuma.

Secções R, S e T, da Fábrica 2M à SE CTM

O conjunto das secções R, S e T, entre Fábrica 2M e a SE CTM (a linha DL10), tem recebido maior destaque a nível da preparação deste Plano por ter maior magnitude de impactos de deslocamento. O QPR recomendou que a linha DL10 passasse por nova servidão em zona de hortícolas.

Durante a colecta de dados para o censo deste Plano foram estudadas alternativas adicionais envolvendo técnicos de instalação de linhas da EDM com experiencia nesta área geográfica e que estiveram ligados a implantação desta linha (DL10) e agora estão envolvidos na sua manutenção.

Os resultados da conjugação de sucessivos levantamentos de campo com análises de GIS realizados pela equipe conjunta do Consultor Social e EDM permitiram considerar o traçado actual com realocação dos postes problemáticos (os que estão no meio de residências). Ou seja, o presente Plano considera reabilitação da linha DL10 no traçado actual com realocação dos postes para fora de residências.

Os impactos estão associados a abertura de acessos temporários em área de plantio de hortícolas entre a rua e os postes existentes, bem como implantação de dois novos postes.

Sumário de Impactos de deslocamento: destruição de consociações de hortícolas e interrupção de actividade agrícola por dois meses, para abertura de acessos para substituição dos postes da linha e ocupação permanente terra de uso agrícola (uma) e comercial (uma) para implantação de postes a serem realocados.

Figura 5-5: Alternativas analisadas na Secção R, S e T



Fonte: Gaye Thompson e David Malauene

6. Características socioeconómicas

6.1 Visão geral

Este capítulo descreve as condições socioeconómicas das pessoas afectadas pelo Projecto, obtidos do levantamento censitário.

6.2 Enquadramento

A área de estudo coberta pelo Plano engloba as cidades de Maputo e Matola e parte do Distrito de Marracuene. Conjuntamente estas áreas administrativas têm uma população de 2428907 (projecção para 2017) numa área de 1381 Km² (666 km² – Marracuene; 368.4 km² – Matola; 347 km² – Maputo).

A situação de referência foi estabelecida através da combinação da análise documental, observação directa através de visitas às áreas do Projecto e aplicação de questionários e entrevistas⁵ semiestruturadas às pessoas afectadas pelo Projecto.

Através de um censo a 100% dos afectados foram administrados 32 questionários a Agregados Familiares e duas entrevistas a empresas⁶ nos bairros do Jardim, Luís Cabral, Albasine, Magoanine e Mahotas, locais onde poderão ser afectados bens pertencentes as famílias que residem e desenvolvem as suas actividades.

⁶ Além dos 32 Agregados Familiares, o Projecto poderá afectar 30 eucaliptos de uma plantação florestal da empresa Milhulamete Lda., no bairro de Guava, Distrito de Marracuene e um terreno pertencente a empresa Indo Zinco, Lda., no Bairro Luiz Cabral. Os eucaliptos estão por dentro da plantação em terreno vedado, todavia, admite-se a possibilidade de ter de se cortar alguns mais próximo ao passeio. A empresa Indo Zinco tem um terreno vedado sem construção junto a N4 por onde passam três linhas de 66kV, das quais a linha 2M-CTM a reabilitar pelo projecto. Poderá se colocar um poste nesta propriedade.

Tabela 6.1: Distribuição geográfica dos agregados familiares e empresas afectadas

Distrito Municipal	População (Hab.)*	Bairro	Número de Afectados	Tipo de bens Afectados
KaMubukwana	379.025	Jardim e Luís Cabral	18	Áreas de cultivo (machambas) Terreno vedado
		Magoanine	11	Barracas, Bancas, passeios Árvores
KaMavota	359.258	Albasine e Mahotas	5	Barracas Bancas Passeios

*Fonte: INE, 2017.

Abaixo apresenta-se o perfil socioeconómico das PAP. O inventário final dos activos afectados será realizado após a conclusão do desenho detalhado do Projecto.

6.1 Perfil socioeconómico das PAP

Resultados do censo indicam que os Agregados Familiares (AFs) afectados pelo Projecto são chefiados maioritariamente por homens e constituídos por cerca de seis a sete membros em média.

A maior parte dos AFs inquiridos possui nível escolar equivalente a Ensino Primário do Primeiro e Segundo Grau⁷, seguido do Ensino Secundário Geral do primeiro ciclo e finalmente do segundo ciclo.

A etnia predominante desta região sul de Moçambique é Tsonga, do ramo Ronga e falando a língua do mesmo nome, de filiação patrilinear. Contudo, dado a atracção do maior centro urbano há uma diversidade de outros grupos étnicos da região sul do país que falam Changana, Chope, Xitsua, Bitonga entre outras e alguns migrantes de mais além. O Português constitui o idioma comum, que permite a comunicação entre gente de diferentes etnias. Pelo facto de constituir língua oficial e pela inserção geográfica dos subprojectos objecto do Plano, na Cidade de Maputo, onde há melhor acessibilidade a alfabetização, maior parte das famílias afectadas são falantes de Português⁸. No

⁷ Dado ao elevado número de possíveis afectados possuírem o nível de escolaridade equivalente ao ensino primário, há necessidade de preparar uma estratégia de comunicação por forma que as informações a serem facultadas durante o processo de compensação sejam acessíveis e compreendidas pelos afectados, devem ser privilegiadas línguas vernaculares.

⁸ Constatado a preferéncia dos inquiridos pelas línguas vernaculares como meio de comunicação, haverá necessidade de adequar as informações que se pretendam transmitir ao universo dos afectados, usando mecanismos de comunicação eficazes e acessíveis, compreendidas por todos.

presente estudo, constatou-se que as pessoas idosas têm tendência em comunicar-se nas línguas vernaculares, enquanto as pessoas mais jovens usam mais o português.

Em termos de afiliação religiosa, a religião zione é a predominante (24%) entre os AF inquiridos, seguida pelas religiões católica, metodista com percentagem igual (17%), evangélica (12%), e igual percentagem (6%) respectivamente para os que professam as restantes religiões como: dois apóstolos, islão, assembleia de deus, reino de deus e pentecostal.

Maior parte dos AFs (94%) inquiridos reside numa casa de alvenaria com tecto de zinco e os restantes (6%) possui casa de alvenaria com tecto de laje ou betão. Relativamente a posse de habitação, a maior parte dos AFs inquiridos (76,5%) afirmou viver em casa própria; 11,8% vive em casa de familiar e a restante afirmou residir em casa emprestada (5,9%) e em casa alugada (5,9%).

À semelhança de outros locais em Moçambique, Maputo Cidade registou um crescimento de assentamentos desordenados, principalmente nas zonas periurbanas. Esta situação resulta na ocupação de espaços não previstos para habitação ou pequenos e grandes negócios, prejudicando a servidão com infraestruturas existentes e dificultando a implementação de projectos de desenvolvimento. Os bairros de Jardim, Luís Cabral, Magoanine, Albasine e Mahotas são densamente povoados, com acessos limitados e predominam construções desordenadas, assentamentos irregulares, que de certa forma poderão dificultar de certo modo determinadas intervenções que se pretendem efectuar no âmbito do presente Projecto.

82,8% dos AFs inquiridos tem acesso à água canalizada e os restantes recorrem a outras fontes alternativas como poços. O valor médio mensal pago pelos AFs inquiridos que têm acesso a água canalizada é de 563,43 MZN, sendo que o valor mínimo pago é de 200,00 MZN e o máximo é de 2000,00 MZN.

82,4% dos AFs inquiridos tem acesso a electricidade e os restantes usam outras fontes alternativas como: petróleo, velas, parafina, etc. O valor médio pago pela energia é de 795,57 MZN, sendo que o valor mínimo é de 250,00 MZN e 1200,00 MZN como valor máximo.

Para a confecção de alimentos 41,2% dos AF usa carvão; 29,4% usa gás; 17,6% usa lenha e 11,8% usa electricidade. O valor médio mensal gasto é de 1015,59 MZN.

87,5% dos AFs inquiridos, confirmaram o uso dos hospitais/Centros de Saúde, locais para onde se deslocam para o tratamento de doenças, normalmente, com recurso aos transportes semicolectivos de passageiros. No que diz respeito a assimilação de informação sobre ITS e HIV/SIDA (64,7%), dos AFs entrevistados reconheceram o uso do preservativo como um dos meios de prevenção; (23,5%) respondeu não fazer sexo (abstinência); (5,9%) afirmou não utilizar laminas usadas e os restantes (5,9%) afirmou que não sabe.

As doenças crónicas conduzem frequentemente as famílias para uma situação de vulnerabilidade, principalmente quando afectam os membros em idade produtiva, sendo mais sensível quando estes são também os chefes dos chefes de agregados familiares. Durante a presente pesquisa procuramos identificar quais os agregados familiares que

tinham membros afectados por doenças crónicas tendo apenas 6% respondido que sim e 94% respondeu negativamente.

Analisando os AFs inquiridos relativamente a posse de bens duráveis, observa-se que mais de metade, possui rádio (88%), televisão (82%) e telemóveis (100%)⁹. Poucos agregados familiares possuem bicicleta (12%), motorizada (6%) e carro (12%).

6.2 Actividades económicas

O Vale do Infulene tem o maior número de PAP e constitui a única área de concentração de PAP. Os restantes PAP são afectados em locais dispersos, principalmente ao longo da Av. Sebastião Marcos Mabote. A tabela que se segue mostra a distribuição dos AF afectados por actividade económica. A agricultura e o comércio constituem as actividades predominantes.

Tabela 6.2: Tipos de actividades desenvolvidas pelos agregados familiares inquiridos

Tipo de Actividade Desenvolvida	Número de Afectados	Percentagem
Agricultura - horticultura	17	53%
Comércio formal	7	21%
Prestação de serviços	4	13%
Comércio informal	4	13%
Total	32¹⁰	100%

Fonte: Censo aos AFs

A área de influência directa do Projecto atravessa áreas residenciais intercaladas com actividades agrícolas (horticultura), comerciais e serviços. As actividades desenvolvidas pelos PAP são influenciadas pela localização. A seguir apresenta-se uma descrição segregada por unidades geográficas.

Vale do Infulene

⁹ Estratégias de comunicação baseadas em telefone poderão ser abrangentes dado que 100% das famílias inquiridas possui telemóvel. No entanto se for para a colocação de reclamações, o uso de telefone não deve imputar custos aos afectados.

¹⁰ A informação da tabela 6.2 refere-se apenas a estatísticas dos agregados familiares (AF) inquiridos (num total de 32 AF). Ela não inclui dados de duas empresas afectadas, as quais se fizeram entrevistas ao invés de questionários. Estas empresas dedicam-se a produção florestal e fabrico de zínco. A fábrica de zinco não está a operar de momento apenas há terreno vedado.

As linhas de 66 kV da SE Infulene a Fábrica de 2M e da 2M a SE CTM passam por áreas agrícolas no Vale do Infulene, de cultivo intensivo de hortícolas. Entre a 2M a CTM, Linha DL 10, poderá se afectar machambas de hortícolas, nos bairros Jardim e Luiz Cabral. Estão previstos os seguintes impactos de deslocamento:

- Perda permanente de terra agrícola em um metro quadrado no local de instalação de um novo poste
- Perda temporária de terra com culturas ao longo dos acessos entre a rua existente e o local de instalação dos postes no Vale do Infulene;

A nível espacial os agricultores estão organizados em Blocos, sendo que cada Bloco tem um chefe.

A nível de associativismo estão organizados em associação, nomeadamente a Associação Sombra da Enxada no Bairro Jardim e a Associação Alivio a Pobreza em Luiz Cabral. A Associação Sombra da Enxada cobre maior parte da área do Projecto, tem maior número de afectados e possui título sobre a terra, DUAT, que cobre 40 ha. Quatro dos afectados, no Bairro Luiz Cabral, não pertence a alguma associação. Nenhum dos afectados pertence a Associação Alivio a Pobreza.

Genericamente, os produtores encontram-se pouco organizados sob ponto de vista empresarial, desenvolvendo a actividade agrícola num contexto familiar e local, vendendo a sua produção com um processamento rudimentar, directamente no mercado, através de grossistas e/ou retalhistas pouco equipados e muitas vezes não dispendo de infraestruturas próprias, o que, contudo, não impede que existam fluxos comerciais importantes.

A maior parte dos agricultores afectados reside igualmente nos bairros do Jardim e Luís Cabral. O consumo de vegetais constitui a base de segurança alimentar e nutricional e do aumento da renda das comunidades.

A horticultura constitui uma das maiores fontes de obtenção de rendimento para estas famílias, havendo famílias que dependem totalmente desta actividade. A produção para o consumo é reduzida e depende dos excedentes das culturas produzidas.

A horticultura é praticada nas margens de riachos e lagoas alimentados pelo Rio Mulauza, com base no uso de técnicas elementares, com baixo nível de aplicação de insumos e o uso da mão-de-obra familiar, em alguns casos com a contratação de mão-de-obra paga em espécie ou em dinheiro de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado da produção final.

Apesar das suas deficiências e informalidade, a produção alimenta diversos mercados da Cidade e Província de Maputo, assim como, ocupa muita mão-de-obra.

As culturas mais produzidas são: alface¹¹, couve¹², cebola, alho, beringela, salsa, pimento, tomate e diversas outras hortaliças. Ainda segundo os inquiridos, dependendo da época do ano, os produtos mais vendidos são alface e a couve.

As actividades agrícolas decorrem principalmente no período de inverno (entre Abril e Julho), altura em que as temperaturas são apropriadas para as culturas praticadas. No verão, as temperaturas médias diárias são elevadas, o que inviabiliza a prática da horticultura.

Avenida Sebastião Marcos Mabote

As linhas de 33 kV a reabilitar pelo Projecto são EK4 e EL Guava, respectivamente da SE 9 em Magoanine a Av. Grande Maputo e da Av. Grande Maputo a SE Marracuene.

Ambas passam em passeios de bairros residenciais intercalados por espaços comerciais e de serviços. Os bairros da EK4 estão na Cidade de Maputo e são mais antigos e desenvolvidos que os da EL Guava, no Distrito de Marracuene.

Os passeios a nível da cidade têm se revelado locais preferenciais para o comércio e serviços de baixa a média escala, formais e informais. Alguns dos passeios onde estão os postes das linhas foram pavimentados por proprietários de estabelecimentos comerciais e residências. Maior parte dos postes continua livre em espaço público porem outros estão hoje no interior ou limite de quintais residenciais (no distrito de Marracuene que tem bairros recentes) ou invadidos por pequenos estabelecimentos comerciais, bancas móveis e semimóveis e barracas fixas.

Ao longo do passeio da Av. Sebastião Marcos Mabote o Projecto poderá causar os seguintes impactos de deslocamento:

- Destruição de pavimento de passeios em área inferior a 1m² para cada poste,
- Destruição parcial ou completa de bancas e barracas;

Os PAP inquiridos na, estão distribuídos de forma dispersa ao longo da Avenida, nos bairros Albasine, Magoanine e Mahotas.

A actividade comercial é a principal fonte de geração de rendimento para os agregados familiares localizados ao longo desta avenida. A maior parte dos inquiridos afirmou que

¹¹ O preço do canteiro de alface varia entre 400,00 MZN a 800,00 MZN, dependendo da época do ano e do tipo de alface.

¹² O preço do canteiro desta cultura varia entre 350,00 MZN a 500,00 MZN na época alta.

desenvolve o comércio formal e informal, comercializando essencialmente produtos alimentares, produtos de higiene e limpeza, artigos diversos, bebidas alcoólicas, materiais de construção, combustível lenhoso, etc. No entanto, paralelamente também são desenvolvidas outras actividades como a prestação de serviços, nas oficinas auto, reparação de pneus, serralheria, estufaria e cabeleiros.

Para alguns dos inquiridos, o comércio informal continua a ser uma importante fonte de rendimento e sustento para suas famílias, perante a inexistência de formas alternativas de segurança de rendimento.

7. Quadro Legal

7.1 Visão Geral

O quadro legal global aplicável ao Projecto encontra-se descrito no QPR, incluindo a regulamentação nacional e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. Este Capítulo sumarisa os critérios usados para definir o corredor de impacto de reassentamento.

7.2 Legislação relevante

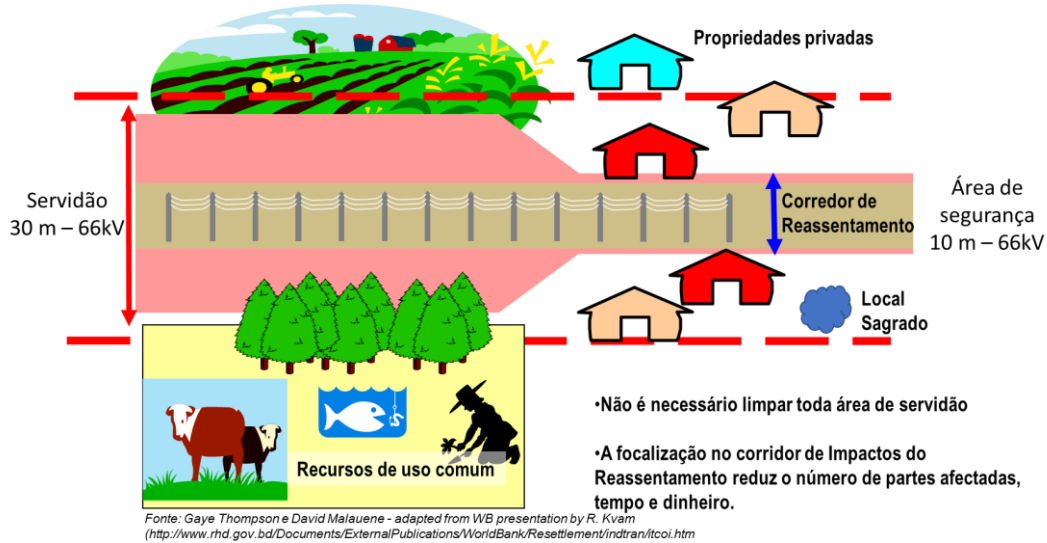
As zonas de protecção parcial¹³ das linhas de energia eléctrica a reabilitar pelo Projecto foram ocupadas ao longo do tempo por residências, estabelecimentos comerciais e outras estruturas informais. A remoção de todas as ocupações para manter a área livre criaria impactos sociais significativos para os ocupantes e seria de difícil gestão, quer para a EDM como para as estruturas municipais devido, a complexidade do processo e carência de espaços de acolhimento para o reassentamento nos municípios em causa.

Por forma a mitigar esse impacto e seguindo a legislação do sector de energia eléctrica, o Projecto usa Corredor de Impacto¹⁴ com largura variável entre 30 m (a servidão em áreas rurais) e 10 m (distância de segurança em áreas urbanas com menor disponibilidade de terra) conforme figura que se segue.

¹³ Lei da Terras (Lei nº 17/1997) refere que para a construção de infraestruturas públicas, incluindo linhas aéreas para o transporte de electricidade, se cria automaticamente uma Zona de Protecção Parcial de 50 metros de cada lado do eixo. Nesta zona não se pode autorizar Títulos de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra e é proibido a construção de residências.

¹⁴ Para o propósito de planificação do reassentamento em infraestruturas lineares, o corredor de impacto corresponde a área a ser mantida livre de ocupação e obstruções por forma a garantir a segurança da infraestrutura e comunidade ao entorno durante as obras e operação do Projecto. Ou seja, definição do corredor considera a faixa de terra que será utilizada pelo empreiteiro do Projecto durante implantação segura dos apoios (postes/torres) e condutores, bem como a área ao redor da infraestrutura (apoios e condutor) que deverá permanecer permanentemente livre de obstruções durante a operação do Projecto por forma a prevenir acidentes.

Figura 7-1: Corredor de Impacto



A definição das larguras do corredor considera a combinação entre a servidão¹⁵ e requisitos de segurança para linhas de 66 kV, as de maior voltagem a serem instaladas pelo Projecto.

O Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão, o Decreto nº 57/2011, de 11 de Novembro, estabelece os requisitos de segurança para a instalação de linhas de transporte de energia a partir de 66 kV. Através do Artigo 136 define as distâncias mínimas recomendadas de afastamento de linhas eléctricas aéreas em povoações.

Aplicável às linhas de 66 kV do projecto e referenciando a outros artigos, o Artigo 136 estipula que os condutores devem ser estabelecidos de forma a não serem atingíveis, sem meios especiais, de quaisquer lugares acessíveis a pessoas (Artigo 26); estar até uma distância não inferior a quatro (4) metros da parte mais saliente de edifícios suscetíveis de serem normalmente escaladas por pessoas, incluindo coberturas e chaminés (Artigo 29); e respeitar distâncias padronizadas em relação a outras infraestruturas (estradas, linhas férias, linhas de telecomunicação, etc.) (Artigos 86 e 92).

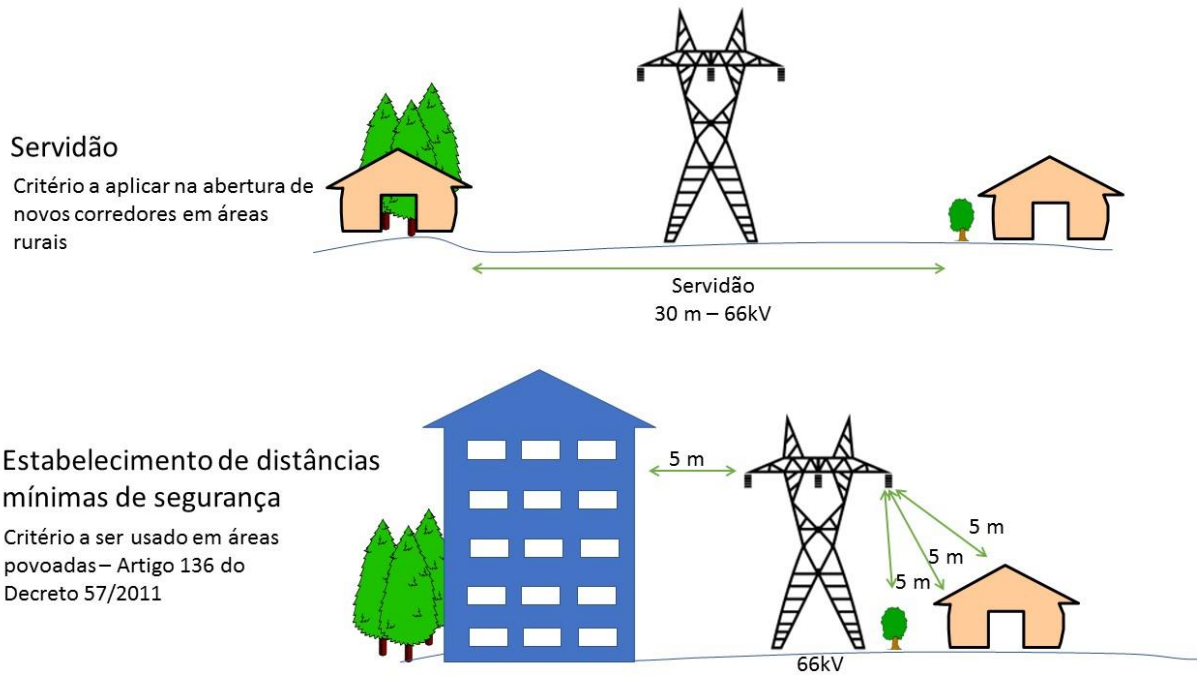
A definição da distância de segurança da legislação nacional citada tem em conta requisitos internacionais que consideram riscos de electrocução, interferência electromagnética, ruído e segurança da navegação aérea. Embora os requisitos nacionais e internacionais considerem distância entre três (3) e quatro (4) metros, o

¹⁵ As normas do sector provém do Guia Ambiental para Linhas de Transporte de Energia (Ministério de Energia, Dezembro de 2006) no qual se define 21 a 30 m de larguras de servidões de linhas de energia eléctrica de 66 kV, estas localizadas no eixo da área de protecção parcial.

Projecto procura ser mais conservador e usa uma distância de cinco (5) metros conforme a Figura 7.2 que se segue.

A EDM confirma ter já adoptado as regras de segurança previstas para o PERIP noutros projectos recentes e bem-sucedidos de reabilitação de linhas de transporte e distribuição em áreas urbanas densamente povoadas, incluindo nas cidades de Maputo e Matola, considerando-se estes princípios legalmente instituídos de aceites para o contexto local.

Figura 7-2: Distâncias de segurança consideradas no Projecto



Baseando nas distâncias acima ficam interditas quaisquer actividades ou obstruções a menos de cinco metros dos condutores, incluindo:

- Construção de edifícios altos;
- Plantio de árvores de crescimento elevado;
- Levantar equipamentos (tratores, guias, báscula de camiões, etc.)

Ainda que mais distante de cinco metros, não se deve construir piscinas ou fazer queimadas por baixo das linhas.

8. Elegibilidade e Categorias de PAP

8.1 Visão geral

Esta secção aborda os métodos de identificação de categorias das PAP e a sua elegibilidade para compensação e outros apoios.

8.2 Categorias das PAP e Direitos à Compensação

A tabela que segue sumariza a elegibilidade a compensação em função do tipo de perdas e identifica a magnitude de impactos que serão tomados em conta.

Tabela 8-1. Caracterização das Perdas e Direitos a Compensação

Elegibilidade	Tipo de perdas	Nº de activos	Área Impactada (m ²)	Nº de Proprietários	Compensação
Perda árvores altas	Árvore (eucaliptos)	30	0	1	100% da árvore; distribuição de 2 mudas e subsídio para plantio
Perda de produção agrícola	Hortícolas	22	4750	17	Compensação de consórcio de culturas pelo valor da cultura mais cara
Perda temporária de parte de parcela de terra agrícola	Interrupção de actividade agrícola por dois meses ¹⁶	22	4750	-	Compensação de dois meses de rendimentos interrompidos e do esforço de preparação da terra após a perturbação (adubagem, plantio, sementes, etc.) numa época agrícola
Perda permanente de parte de parcela de terra agrícola	Terra de uso agrícola (ocupação permanente) ¹⁷	1	4	-	Compensação em espécie ou na falta comprovada deste, um valor negociado de acesso ao uso de terra considerando o valor de mercado informal para substituição com qualidade e extensão similar
Perda permanente de parte de parcela de futuro uso comercial	Terra de uso comercial (ocupação permanente)	1	27	1	Compensação da terra e muro de vedação perdidos ao custo de mercado urbano comercial
Perda temporária de rendimento	Interrupção de negócio por um dia	2	0	2	Subsídio de interrupção temporária

¹⁶ Os 17 AF da terceira linha da tabela sofrerão por impactos (i) de perda de consociação de hortícolas e (ii) interrupção de actividade agrícola. Estima-se que a interrupção seja de até um mês, todavia, o Plano assume dois meses por precaução.

¹⁷ Uma das 17 famílias com impactos temporários em terra agrícola perderá acesso permanente a terra agrícola, em local de implantação de novo poste de 66 kV.

Elegibilidade	Tipo de perdas	Nº de	Área	Nº de Proprietários	Compensação
Perda de uso permanente de estrutura de rendimento	Banca em chapas de zinco	3	12	3	Atribuição de novo estabelecimento em mercado formal ou valor de substituição incluindo mão-de-obra
Perda parcial permanente estrutura	Passeio em 1 m ²	10	10	10	Compensação a preço de mercado de substituição incluindo mão-de-obra
Total				34	

Para garantir que os mais desfavorecidos não sejam deixados numa situação pior do que antes do Projecto, a compensação para as perdas de bens será definida em conjunto com os desfavorecidos. As actividades de conclusão do plano incluem a identificação pormenorizada dos vulneráveis através de dados do censo já realizado e consultas e acordos adicionais a serem efectuadas com as PAP. considerando a magnitude de impactos do Projecto (deslocamentos económicos maioritariamente temporários a agricultores e comerciantes) e dados disponível das PAP ainda por analisar na globalidade após a confirmação do desenho detalhado esperam-se raros casos de vulnerabilidade, principalmente mulheres solteiras.

Para famílias que sejam identificadas como vulneráveis ou que o impacto do Projecto possa criar uma situação de vulnerabilidade incluindo o risco de não recuperarem as suas vidas com facilidade (indivíduos ou famílias que poderão incluir doentes crónicos, órfãos, idosos, mulheres solteiras, famílias chefiadas por jovens, etc.) irão receber assistência adicional. Os grupos vulneráveis terão uma atenção especial, para que sejam melhor compreendidas e compensadas:

- Serão individualmente consultados e ser-lhes-á dada a oportunidade de participar ou seja, não serão excluídos das actividades do Plano;
- A sua compensação será orientada para melhorar o seu nível de vida medido antes do Projecto;
- Uma atenção especial será dada à sua monitoria de uma maneira participativa, para assegurar que as suas condições de subsistência pré-projecto sejam melhoradas;
- Ser-lhes-á dada assistência técnica e financeira caso queiram fazer uso dos mecanismos do Projecto para reclamação de reparação;
- Decisões referentes a estes casos são feitas no prazo mais curto possível.

9. Data limite

9.1 Visão geral

Este capítulo tem o propósito de apresentar a data limite e a natureza de moratória aplicável a implementação deste Plano.

9.2 Declaração da data limite

A data limite corresponde a data a partir da qual as PAP são instruídas para parar com os investimentos permanentes na área do Projecto enquanto aguardam a compensação. É de salientar que o ciclo agrícola terá de ser tomado em consideração. A declaração permite a continuação do cultivo das áreas agrícolas, mas proíbe a expansão destas. Ou seja, poderá se permitir que os agricultores continuem a produção até a data de início da construção precedida pela compensação, havendo assim a possibilidade de continuar o rendimento até a aquisição da zona pelo Projecto.

A data limite poderá variar entre diferentes secções de linhas em função do progresso das actividades do Projecto (acordos de danos, desenho detalhado do projecto, etc.)

A declaração, das datas limite, será feita pela EDM¹⁸ tendo em conta o avanço e plano de investimento, alternativas ao troço e a colaboração do município e distrito em monitorar a ocupação da área – particularmente para evitar a entrada de novos negócios informais. A EDM entende que na ausência de uma declaração pública e formal de data limite, ela assume o risco de compensação por ocupações e actividades adicionais.

¹⁸ A EDM tem preferencia em declarar a data limite depois de finalizado o desenho detalhado. O censo serve de linha de base e instrumento de gestão para evitar ocupação da área.

10. Processo de Implementação

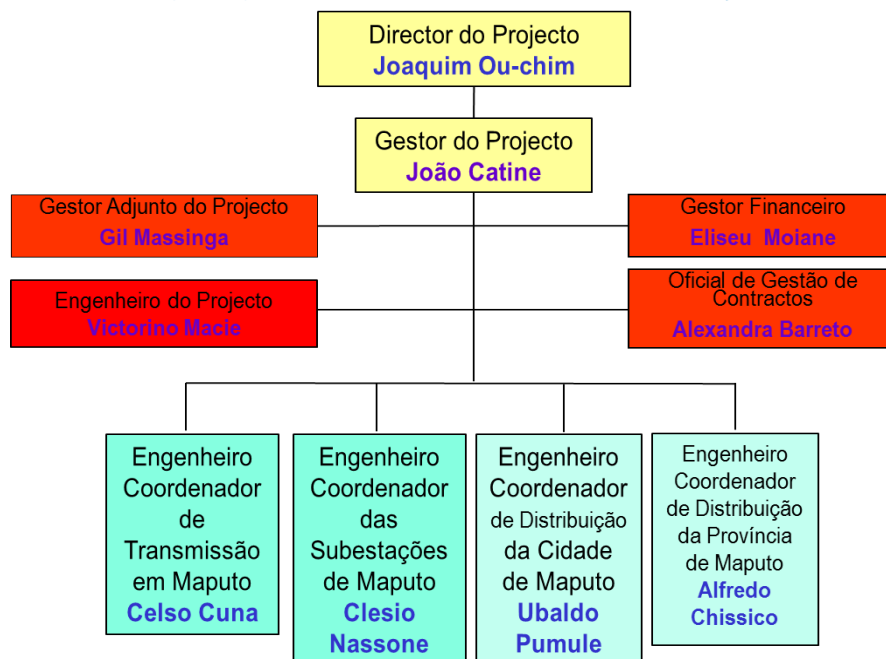
10.1 Visão geral

Este capítulo aborda os procedimentos organizacionais para a implementação da compensação. A compensação será implementada pela UIP da EDM através de serviços especializados do Departamento Ambiental e Social (DAS) e com envolvimento directo das autoridades, lideranças e comunidades locais.

10.2 Estrutura organizacional e mecanismos de implementação

A UIP está baseada a nível central na Direcção de Estudos e Projecto (DEP) da EDM e é coordenada pelo Gestor do Projecto nomeado pelo Director do Projecto. A Figura 10.1 apresenta o organograma da UIP a nível do PERIP para Cidade e Província de Maputo. Para as actividades ambientais e sociais a UIP tem assessoria interna fornecida pelo Departamento Ambiental e Social (DAS). A DAS pertence a Direcção de Planeamento de Sistemas (DPS) e constitui uma unidade transversal que auxilia às diferentes direcções da EDM.

Figura 10.1: Organograma da Unidade de Implementação do Projecto (UIP)



Um Consultor Social (CS) elaborou este Plano inicial para o Projecto em Maputo. Este consultor fara a conclusão do Plano e elaborará outros para Maputo Província e Nacala. A implementação do Plano será feita pelos especialistas de salvaguardas da DAS com

auxílio do Engenheiro Coordenador local bem como Pontos Focais¹⁹ de Salvaguarda Social identificados nas Áreas de Serviço ao Cliente com jurisdição sobre as linhas de distribuição, nomeadamente da Cidade e Província de Maputo.

O Gestor do Projecto, assessorado pela peritagem do DAS será envolvido no processo de conclusão e implementação do Plano, através da supervisão das relações interinstitucionais, mecanismos de comunicação e desenvolvimento de sistemas de monitoria e avaliação.

Avaliação dos activos e estabelecimento de acordos de compensação

A produção do desenho detalhado irá permitir a validação final dos impactos nas secções de linhas de 66 e 33 kV pelo Departamento Ambiental e Social (DAS) da EDM ou um provedor de serviços externo a EDM. Após a validação, será realizada a avaliação dos activos e assinatura de acordos de compensação.

A Direcção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos será envolvida na avaliação do valor dos bens estruturais e os Serviços Distritais de Actividades Económicas na avaliação dos bens agrícolas. A nível da Cidade de Maputo, o Centro de Gestão de Agricultura e Recursos Naturais (CEAGRI) também poderá apoiar na avaliação dos bens agrícolas. As vereações municipais deverão acompanhar o processo a nível do município de Maputo. Depois que concluído o Plano será submetido à EDM e ao Banco Mundial para revisão e aprovação, antes da compensação ser entregue e de subsequente início da realização das obras de construção civil. Uma vez que tenha sido preparada uma versão provisória aceitável, terá de ser apresentado e posto à disposição para consulta pública envolvendo em particular os intervenientes directamente afectados e envolvidos em formato sumário ou formato integral, conforme apropriado para a audiência.

Será estabelecido um Comité de Compensação (CC) no Vale do Infulene (Bairros de Jardim e Luís Cabral), por haver maior concentração de PAP organizados em associações. O Comité deverá incluir o Secretário do Bairro, o Presidente da Associação Sombra da Enxada e o da Associação Alívio a Pobreza e os chefes de blocos. O Comité será também envolvido no processo de avaliação das culturas agrícolas.

A indemnização pela interrupção de negócios será calculada de forma a cobrir o período de tempo até que este torne a funcionar de novo.

A assistência providenciada às famílias com estruturas afectadas contemplará os custos de transporte de seus bens para o novo local. Isto poderá ser efectuado sob a forma de prestação de serviços (aluguer duma carrinha) ou em dinheiro.

¹⁹ O Consultor de Salvaguardas Sociais, junto de um especialista social do DAS, irá treinar os Pontos Focais Ambiental e Social da EDM nas Áreas de Atendimento ao Cliente para atribuir responsabilidades posteriores de supervisão da implementação do processo para pagar a compensação.

Entrega da compensação monetária

A entrega da compensação monetária será preferivelmente por transferência bancária ou cheque e uma cópia do comprovativo será entregue a PAP e outra ficará arquivada na EDM. Às PAP sem conta bancária ser-lhes-á dada assistência para abertura de conta bancária ou afirmada solução alternativa segura a ser definida caso a caso consoante preferência do afectado. A abertura de contas e o levantamento não deverá acarretar nenhuns custos as PAP.

Um meio seguro muito aceite na área de estudo, principalmente por agricultores e comerciantes informais, é a transferência para contas móveis geridas por telemóvel, sendo a M-Pesa a mais usada.

A compensação monetária normalmente será efectuada num acto único. Para o caso de agricultores com interrupção temporária o pagamento deverá ser em duas tranches. Uma pelos danos da interrupção e a segunda ao retornarem a actividade, para que possam preparar a terra para que volte a ser produtiva. Sempre que possível, os pagamentos serão efectuados directamente aos destinatários.

O comprovativo do pagamento será arquivado, incluindo a identificação e assinatura do destinatário, a assinatura de testemunhas locais como o líder local e a autoridade administrativa. Para propósitos de registo e prestação de contas, deverão ser tiradas e arquivadas na base de dados do projecto, fotografias de todas as cerimónias.

Compensação em espécie e assistência

Considerando os impactos identificados até a data, não há necessidade de identificação de terra alternativa para a substituição de terra por terra. As duas ocupações definitivas de terra ocorrem em menos de 10% da terra afectada, apenas para a instalação de poste em área de um metro quadrado.

A compensação em espécie consiste em fornecimento de mudas de árvores e obtenção de espaço e construção de barraca em mercado formal. A assistência consistirá em fornecimento de insumos agrícolas, incluindo adubo, e assistência técnica para o restabelecimento de solo produtivo e da actividade agrícola. O processo de entrega da compensação em espécie e assistência adicionais será coordenado pela DAS em conjunto com as autoridades do Município ou do SDAE do Distrito, facilitado com apoio de extensionistas municipais ou distritais.

Todos os custos de transacção relacionados com a movimentação e criação de novas estruturas ou preparação da terra para que volte a ser produtiva serão pagos ou reembolsados em dinheiro. A assistência providenciada às famílias com estruturas afectadas contemplará os custos de transporte de seus bens para o novo local. Isto poderá ser efectuado sob a forma de prestação de serviços (aluguer duma carrinha) ou em dinheiro.

10.3 Consulta e comunicação adicionais as PAP e mecanismos de gestão de reclamações durante a implementação do Plano

Consulta e comunicação adicionais as PAP durante a implementação do Plano

O sumário da consulta as PAP durante a elaboração deste Plano e a integração de seus comentários e expectativas (das PAP) encontra-se no item 4.4 deste Plano.

A implementação do Plano, incluindo a avaliação de activos, assinatura de acordos, e entrada da compensação será desenvolvido de forma participativa.

O empreiteiro deverá possuir um Plano de Comunicação e Deverá se produzir e distribuir brochuras para ajudar o público a compreender os riscos e restrições que devem respeitar debaixo das linhas de transporte, por forma a clarificar receios/medos de saúde e segurança ligados a electrocução e campos eletromagnéticos e estabelecimento de um código de conduta. Um texto indicativo para edição, formatação e impressão especialmente para produtores agrícolas da Baixa do Infulene é fornecido no Anexo B da Avaliação de Impacto Social (AIS). Este texto servirá de guia para outras brochuras para residências e comerciantes. As brochuras devem ter imagens explícitas e de fácil compreensão.

As restrições por baixo da linha, a serem incluídas no plano de comunicação, estão associadas a:

- Limitação de construção de edifício que estejam a menos de 5m dos condutores;
- Não efectuar queima, de resíduos, para preparação da produção ou para outros fins;
- Não plantar árvores de crescimento elevado;
- Não usar equipamentos de elevação como guas, basculhar camiões, levantar pá de tractores, etc. a menos de 5 m dos condutores;
- Árvores e outras obstruções que venham a estar próximo a linha devem ser removidos por pessoal qualificado da EDM ou estes devem inspeccionar e instruir as regras de segurança para a remoção.

A EDM sera responsável de realizar estas atividades e assegurar que o empreiteiro prepare e execute um Plano de Comunicação.

Mecanismos de gestão e remediação de reclamações

Os conflitos ou reclamações resultantes do processo de planeamento e implementação da compensação, surgem geralmente da má comunicação, da inadequada ou falta de consulta, do fluxo insuficiente de informações precisas, ou de restrições que podem ser impostas nas PAP. Qualquer pessoa poderá apresentar uma queixa ao Projecto, se considerar que um procedimento de reassentamento é injusto, ou tem um efeito negativo na sua qualidade de vida.

O funcionamento do mecanismo de gestão e remediação de reclamações inclui o estabelecimento de uma linha telefónica grátis pela EDM como parte do processo de implementação deste Plano²⁰. Esta deve ser acessível a todas as PAP, e em paralelo ter o apoio das lideranças locais, Comité de Compensação e pontos focais que servirão de várias pontes de comunicação de reclamações. Para assegurar que este sistema funciona, terá de ser comunicado e conhecido por todas PAP, os lugares de auscultação ou recepção e horário de recepção de queixas. Naqueles locais será importante facilitar o registo por escrito de todas as reclamações e respostas do Projecto.

Para campanhas de comunicação ou qualquer outra informação destinada a audiências externas a EDM relativa a compensação, por exemplo a declaração da data limite ou o início do programa de implementação, os materiais gerados pelo DAS terão de ser validados pelo GICO e aprovados pelo UIP antes de serem comunicados através dos Pontos Focais (PF), facilitadores e Comité de Compensação até aos PAP e outros intervenientes.

Geralmente, a comunicação e recepção de reclamações das PAP e outros intervenientes no terreno será gerida a nível local através dos Pontos Focais e facilitadores sociais ou o Oficial de Ligação a Comunidade do empreiteiro. Estes deverão ser falantes de línguas locais (*Chitswa, Chishangana e Ronga*). Em paralelo, as estruturas municipais a nível do município (Secretário de Bairro, Chefe de Quarteirão, Chefe de Dez Casas) e lideranças locais (órgãos sociais da Associação Sombra da Enxada e Chefe de Bloco a nível dos agricultores do Vale de Infulene), dependendo do nível, poderão facultar e receber informação sobre o Projecto das PAP e canalizar aos pontos focais e facilitadores e destes a DAS. O DAS será o interlocutor com a UIP ou a Administração da EDM.

Os meios de comunicação poderão variar entre chamadas telefónicas, para questões informais, a campanhas formais promovidas pela EDM. Estas últimas poderão ser geradas do DAS que fornece o conteúdo das mensagens para o GICO, com objectivo de finalizar materiais e assegurar que os meios de lançar as campanhas de comunicação sejam apropriados.

A gestão de reclamações do RAP será feita pela EDM. Esta gestão poderá ser articulada com as actividades do Oficial de Ligação Comunitária (OLC) do Empreiteiro na gestão do Mecanismo de Reparação de Reclamações.

²⁰ A Linha telefónica sugerida neste Plano não está disponível, será estabelecida como processo de implementação do Plano. Será necessário que haja uma pequena equipa de duas ou mais pessoas responsáveis de receber e registar a informação e direccioná-la para DAS para a tomada da decisão da primeira linha sobre quem deve responder. Os membros da equipa precisarão de ser capacitadas sobre a operação do sistema de resposta e remédio de reclamações relacionadas com o Projecto.

As vantagens de estabelecer esta facilidade é que todos os outros projectos da EDM podem aproveitar do mesmo serviço e é provado em Moçambique que esta forma de registar reclamações funciona, particularmente para projectos lineares que são difíceis de monitorar constantemente.

Os elementos do mecanismo de gestão das reclamações reconhece os princípios já apresentados neste capítulo e podem ser organizados em termos de fluxos da informação de seguinte forma:

PASSO 1: Divulgar procedimentos do Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR)

EDM promove a consciencialização sobre os procedimentos do MGR.

(Agentes de implementação: EDM/DAS, EDM/GICO, EDM/Pontos Focais (PF) das Áreas de Atendimento ao Cliente (AAC), técnicos dos municípios/distritos).

Meios de comunicação: Reuniões de partes interessadas, discussões em grupos focais, panfletos/folhetos, anúncios na rádio.

PASSO 2: Receber e acompanhar as reclamações

Assegurar a *acessibilidade* a todas as PAP - linha telefonica dedicada sem custos, lugares indicadas, pessoas (PF das AAC, técnicos do município/distrito e da EDM) e livros de registo físico nas delegações da EDM (AAC de Maputo Cidade e Maputo Província, Associação Sombra da Enxada e circulo dos bairros (Luis Cabral, Magoanine, Albazine e Mahotas).

Registar todas as reclamações num banco de dados electrónico simples, com um back-up regularmente mantido nas AAC e no DAS/EDM.

PASSO 3: Avaliação preliminar da reclamação

O PF/AAC com apoio do DAS/EDM *categoriza* as reclamações: p.ex. compensação, danos a propriedade, acesso à terra, emprego, questão social, ambiental, saúde e segurança.

Decida como e quem será responsável por resolver a reclamação e que vai canalizar a comunicação aos intervenientes.

PASSO 4: Resposta inicial ao autor da reclamação

O PF/AAC *escreve* ou comunica verbalmente (o mais apropriado) para o autor da reclamação dentro de cinco dias *explicando o processo* e sobre o prazo da resposta que apresenta a resolução ao autor da queixa até 15 dias da recepção da reclamação.

PASSO 5: Investigar a reclamação e desenvolver opções de resolução

O PF/AAC com apoio do DAS/EDM ou a vereação do Município ou serviço do Distrito, dependendo da natureza da reclamação, nomea uma pessoa ou equipe apropriada para obter informações e *investigar* cada caso.

Os oficiais responsáveis elaboram uma *proposta de processo de resolução*, envolvendo quando apropriado, comunidades e / ou terceiros respeitados, para ajudar a resolver o problema junto com o queixoso.

PASSO 6: Implementar e acompanhar a resolução acordada

Implementar a solução acordada através das entidades indicadas durante o processo.

O PF/AAC com apoio do DAS/EDM *acompanha* o queixoso para garantir a sua *satisfação* com a medida de resolução.

Obter o *acordo* escrito do autor da reclamação que confirma a sua posição e arquiva os documentos no banco de dados.

PASSO 7: Acção adicional se autor de reclamação não estiver satisfeito

O PF/AAC com apoio do DAS/EDM e os oficiais das outras entidades envolvidas *discutem* outras opções e aprofundam o envolvimento da comunidade para fortalecer a confiança e encontrar soluções.

Se não se consegue resolver, a EDM junto com a entidade envolvida na remediação, *remete para mediação* de terceiros ou revisão externa, por um perito ou mediador selecionado de comum acordo entre a EDM e o reclamante.

PASSO 8: Monitorar, avaliar e reportar sobre implementação do MGR

O PF/AAC e o DAS/EDM *monitoram* mensalmente o número de reclamações recebidas, resolvidas e pendentes.

O DAS/EDM *avalia* tendências ao longo do tempo e as etapas do desenvolvimento do Projecto.

DAS/EDM *avalia* internamente o funcionamento do MGR e presta *relatórios* regulares a UIP e Banco Mundial sobre os resultados globais do mecanismo.

Quando as disputas não podem ser resolvidas informalmente ao nível do Projecto, serão necessários mecanismos mais formais. O Presidente do Município, Governador Provincial ou o Ministro de Recursos Minerais e Energia podem ser chamados como último recurso. Na maioria da legislação existem disposições de recurso de reclamações sectoriais para níveis mais elevados do governo, como Directores Nacionais e Ministros. As decisões tomadas pelos líderes do Governo Provincial ou Distrital podem ser objecto de recurso num tribunal civil ou no Tribunal Administrativo.

Em geral, se qualquer das partes fica insatisfeita, a parte lesada poderá levar a queixa a um tribunal civil, onde ele irá ser tratado segundo a Lei Moçambicana. Em última análise, embora não seja prática comum, todos os cidadãos têm o direito de apresentar queixa ao Ministério Público, a instituição responsável por assegurar que a Lei seja aplicada correctamente, nomeadamente na elaboração de instrumentos de gestão territorial e na sua implementação.

11. Calendário de implementação

11.1 Visão geral

Estima-se que o desenho detalhado seja finalizado em Novembro de 2017. O calendário da compensação deve estar alinhado com o calendário do Projecto. O calendário da compensação será actualizado pela EDM após actualização do desenho detalhado e confirmação do investimento no Projecto. Ele considerará várias actividades chave como se pode ver na tabela a seguir. O(s) de compensação específico(s) para cada área ou troço serão submetidos para aprovação do Banco Mundial antes de ser executados e implementados antes do início de obras em cada segmento correspondente.

Tabela 11-1. Actividades e condicionantes do calendário da compensação

Actividade	Accionado Quando?
Obtenção de acordos para partilha de servidões e proximidade de infraestruturas	O mais cedo possível
Indicar/contractar/destacar serviços de Facilitadores Sociais para mobilização e capacitação	Após confirmação do investimento no Projecto
Validação dos impactos identificados no Plano	Logo que disponível o desenho detalhado por secção
Planificação do processo com actores chave para definição da data limite e avaliação de activos	Após confirmação do investimento no Projecto
Definição da data limite	Após confirmação do investimento no Projecto
Realizar o inventário de activos	Logo que disponível o desenho detalhado
Desenhar o sistema de gestão de reclamações e sua reparação e operacionalizar	Antes de iniciar actividades no terreno, pronto para arrancar
Desenhar e operacionalizar o Guia de Comunicação para garantir divulgação atempada de informação e auscultação de todos os intervenientes, particularmente as PAP	Antes de iniciar actividades no terreno, pronto para arrancar
Planificação do processo de implementação com a equipa indicada pelo DAS	Após aprovação do Plano de Reassentamento / Compensação pelo UIP e BM
Reunião com autoridades locais para o lançamento de implementação do Plano de compensação (município de Maputo, Matola, Maputo Sul E.P. etc.,	Após mobilização da equipa de implementação
Estabelecer o Comité de Compensação em Infulene, incluindo formação dos membros	Mês 1
Lançar a campanha de comunicação para a sensibilização sobre a compensação	Mês 1
Operacionalizar os sistemas de monitoria	Durante preparação e entrega da compensação até seis meses depois. Mês 1 em diante.
Estabelecer acordos de compensação	Mês 2 e 3

Actividade	Accionado Quando?
Entregar a compensação	Até um mês antes da obra no local em causa
Assistência para restabelecimento da actividade agrícola	Logo depois da desmobilização do empreiteiro da frente de obras e reabilitação de áreas degradadas
Aprovação do Relatório Final do Comité de Compensação autorizando iniciação de obras em áreas previamente ocupadas	Logo depois da compensação paga e as áreas evacuadas temporariamente ou permanentemente
Avaliação interna e relatório a UIP	Seis meses após a compensação
Avaliação externa e relatório a UIP e Banco Mundial	Um ano após a avaliação interna

12. Orçamento estimado

12.1 Visão geral

O orçamento é estimado uma vez que ainda não foi efectuado o inventário de activos afectados pelo Projecto.

12.2 Cálculo de orçamento

Avaliação dos activos, negociação do valor de compensação e estabelecimento de acordos com as PAP será de efectuado após confirmação do investimento e finalização do desenho detalhado a nível da secção de linha. As taxas para áreas com título e uma actividade comercial formal ainda carecem de confirmação com os afectados. O orçamento que se segue é estimado com base em valores do mercado informal e formal em Maputo.

As taxas de perdas de produção agrícola e de interrupção de negócios foram baseadas em taxas equivalentes usadas para compensação em situações recentes na Província de Maputo e outros locais relevantes. Todos foram verificados para assegurar que incluem a mão-de-obra e outros custos transacionais.

Tabela 12-1. Estimativa de Valor de Compensação

Elegibilidade	Tipo de perdas	Compensação	USD Total
Perda de árvores altas	Árvore (eucaliptos)	100% da árvore; distribuição de 2 mudas e subsídio para plantio	3,600
Perda de produção agrícola	Hortícolas	Compensação de consórcio de culturas pelo valor da cultura mais cara	34,926
Perda temporária de parte de parcela de terra agrícola	Interrupção de actividade de agrícola por dois meses	Compensação de dois meses de rendimentos interrompidos e do esforço de preparação da terra após a perturbação (adubagem, plantio, sementes, etc.) numa época agrícola	70,412
Perda permanente de parte de parcela de terra agrícola	Terra de uso agrícola (ocupação permanente)	Compensação em espécie ou um valor negociado de acesso ao uso de terra considerando o valor de mercado informal para substituição com qualidade e extensão similar.	441
Perda temporária de rendimento	Interrupção de negócio por um dia	Subsídio de interrupção temporária	59
Perda de uso permanente de estrutura de rendimento	Banca em chapas de zinco	Substituição incluindo mão-de-obra	13,235
Perda parcial permanente estrutura	Passeio em 1 m ²	Substituição incluindo mão-de-obra	1,765

Elegibilidade	Tipo de perdas	Compensação	USD Total
Valor Total de compensação em USD			124,438²¹

No orçamento geral de implementação são apresentados valores para cobrir a realização da consulta com as PAP, treinar os Pontos Focais Ambiental e Social da EDM nas Áreas de Atendimento ao Cliente e supervisionar a sua implementação no tocante a:

- celebração de acordos individuais de compensação,
- organização comunitária (comité e promoção do sistema de reclamações),
- organização e pagamento monetário e entrega de outras formas de compensação, bem como
- a monitoria participativa e seguimento onde necessário.

Estas actividades serão realizadas pelo DAS da EDM e seus Pontos Focais locais apoiados por facilitadores sociais das comunidades. O processo será supervisionado e gerido pelo UIP, apoiado durante a capacitação do Consultor Social dos intervenientes no terreno. A distribuição dos custos estimados segue na tabela abaixo:

Tabela 12-2. Estimativa de Custo de Implementação do Plano

Item	Descrição	Total US\$
A	Conclusão do Plano (DAS ou provedor de serviços)	18,666
B	Gestão, organização e supervisão (UIP / EDM)	11,199
C	Custos de capacitação e supervisão (DAS)	9,955
D	Custos de monitoria e avaliação (interna e externa)	12,444
E	Capacitação comunitária e facilitação de compensação (facilitadores sociais p/implementação do PAR/PC)	13,688
F	Medidas de mitigação (assistência aos vulneráveis)	1,244
G	Medidas de compensação monetária (culturas, bens / propriedades físicas e comerciais e interrupção de renda)	124,438
H	Soluções de resolução de conflitos	8,711
I	Custo para recuperação de meios de vida (caso a monitoria revele que o PAP não recuperou eficazmente)	17,421
J	Contingência para acidentes e variações no desenho detalhado	62,219

²¹ Este valor exclui compensação de restrição de uso permanente de parte de uma parcela de futuro uso comercial pois carece de confirmação da fase de negociação. Alternativas adicionais de localização do poste deverão ser estudadas no Desenho Detalhado por forma a evitar esta restrição.

TOTAL GLOBAL

279,986

13. Avaliação e Monitoria

13.1 Visão geral

O objectivo geral da monitoria da compensação é produzir uma avaliação de todo o processo, na qual se determina:

- Se as pessoas afectadas foram devidamente consultadas e compensadas na totalidade antes da realização das actividades do Projecto, e
- Se as PAP vivem com uma qualidade de vida mais elevada do que anteriormente, se vivem com uma qualidade de vida inalterada, ou se são mais necessitadas do que antes.

13.2 Processos de monitoria

O DAS é responsável pela monitoria interna e pela supervisão da implementação do Plano, em nome da EDM. O Comité de Compensação, e fora do Vale de Infulene, os líderes locais estarão envolvidos em todo processo de monitoria. Tratando-se de uma compensação de menor magnitude o processo de monitoria não deverá ser muito complexo para evitar o uso de tempo e recursos adicionais que poderiam inviabilizar o processo.

É provável que a monitoria envolverá várias pessoas e instituições e será desenvolvida de um modelo básico como este que segue na Tabela 13-1 abaixo:

Tabela 13-1 Actividades e resultados que podem Guiar a Monitoria do Processo de Compensação

Actividade	Responsável	Resultados	Modalidade e frequência de receber informação
Contratar o provedor de serviços para finalização do PAR/PC	UIP	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato aprovado • Plano de Compensação final para entrega a EDM • PAR final para entrega ao Banco Mundial (BM) 	UIP celebra contrato com provedor de serviço: PAR/PC finalizado e submetido ao DAS para revisão. DAS submete a UIP. UIP submete PAR ao BM
PAP: Inventário concluído	DAS via provedor de serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das perdas e # das PAP • # acordos de perdas • Elaboração de base de dados das PAP para gestão da compensação pelo DAS • Registo de contas bancárias • # Facilitadores sociais (FS) recrutados 	Relatório curto do provedor do serviço ao DAS: - ao término do inventário a notar as perdas e as PAP que tem contas bancárias

Actividade	Responsável	Resultados	Modalidade e frequência de receber informação
		<ul style="list-style-type: none"> FS e Pontos Focais (PF) numa visita de trabalho a Maputo para acompanhar o inventário e participar em sessões de formação 	Relatório mensal do DAS ao UIP
Identificação de disponibilidade de lugares alternativos para estabelecimento de bancas	DAS com provedor de serviço e município	<ul style="list-style-type: none"> Preferências das PAP sobre a localização registadas e # registado por preferência Decisão com município sobre locais de relocação Confirmação por escrito 	Relatório curto do provedor do serviço ao DAS: - no relatório específico sobre o assunto Relatório do CC Relatórios do DAS ao UIP
Apoiar em abertura de conta bancária ou afirmação de solução alternativa segura	DAS	<ul style="list-style-type: none"> # com contas a abrir # com outra solução seguro e justo aceite pela EDM e BM Todas PAP com contas bancárias ou soluções seguras para receber compensação 	Relatório do CC Relatório mensal do DAS ao UIP
Campanha de comunicação sobre o processo de implementação de compensação	DAS	<ul style="list-style-type: none"> Panfletos e material de comunicação # meios de comunicação social para transmitir as mensagens # pessoas envolvidas na comunicação a nível local # reuniões com líderes e chefes locais # reuniões com grupos de PAP 	Materiais do GICO Relatório mensal do DAS ao UIP
Negociação com PAP	DAS, via provedor de serviço	<ul style="list-style-type: none"> # acordos de compensação 	Relatório do CC Relatórios do DAS ao UIP
Construção de bancas nos locais	DAS	<ul style="list-style-type: none"> # bancas a substituir Facilitação de autoconstrução – serviços de mestres locais pagos Inspeção de qualidade e prontidão de entrega Entrega ao município 	Relatório de fiscalização das obras Relatório do DAS ao UIP
Pagamento monetário as PAP	DAS	<ul style="list-style-type: none"> # Recibos de recepção assinados Fotografias e assinaturas de testemunhos 	Relatório mensal do DAS ao UIP
Pagamento em espécie as PAP	DAS	<ul style="list-style-type: none"> Entregas as PAP, # entregues Fotografias e assinaturas de testemunhos 	Relatório do CC Relatório mensal do DAS ao UIP
Entrega de assistência especial (agregados vulneráveis)	DAS	<ul style="list-style-type: none"> Entregas as PAP, # entregues Fotografias e assinaturas de testemunhos 	Relatório do CC Relatório mensal do DAS ao UIP
Entrega de assistência	DAS	<ul style="list-style-type: none"> Entrega as PAP, # entregues Fotografias e assinaturas de 	Relatório do CC Relatório mensal do

Actividade	Responsável	Resultados	Modalidade e frequência de receber informação
especial (transicional)		testemunhos	DAS ao UIP
Acompanhamento pelo Ponto Focal / facilitador social	DAS	<ul style="list-style-type: none"> Registo dos levantamentos e recepção seguro Actas das reuniões com as comunidades, PAP, líderes e outros intervenientes Registo da participação da CC em todas actividades de monitoria e acompanhamento Registo por escrito de entrevistas, e fotografias do processo de recuperação dos meios da vida Análise dos riscos e identificação de novos casos de agregados vulneráveis devido a dificuldades a recuperação dos meios da vida 	Relatórios sobre conselhos dados as PAP em relação a compensação Relatórios mensais de seguimento por 3 meses para garantir o contacto Relatórios semestrais de monitoria para verificar a recuperação dos meios da vida por um ano Relatório mensal do DAS ao UIP
Avaliação interna do processo e impacto de entrega da compensação	DAS	<ul style="list-style-type: none"> Registo da participação da CC em todas actividades de avaliação PFs para realizar avaliação supervisionados pelo DAS Relatório da avaliação interna 	Relatório final do CC Relatório do DAS ao UIP
Avaliação externa do processo e impacto de entrega da compensação	DAS	<ul style="list-style-type: none"> Contrato de prestação de serviços Execução dos serviços Relatório dos serviços	Relatório mensal do DAS ao UIP

Após a execução do processo recomenda-se uma avaliação interna dos resultados como preparativo para a avaliação externa. A avaliação interna irá focar nos impactos do processo de compensação, e terá o objectivo de estabelecer que todas as PAP conseguiram recuperar os seus meios de vida. Assim, baseado no levantamento socioeconómico de base, a avaliação final irá ser simples e rápido, e deve incluir a medição dos factores na Tabela 13-2 a seguir:

Tabela 13-2 Indicadores de impactos para a Avaliação Final

Indicador do impacto	Fontes da informação inicial	Fontes da informação final
Nº de PAP em cada categoria de elegibilidade	Previsto no PC	Registo de compensação Avaliação final
Nº de queixas apresentadas	-	Registo das reclamações
Nº de queixas resolvidas no prazo previsto	-	Registo das reclamações
Nº de AF afectados pelo Projecto com acesso a água canalizada	Linha de base	Avaliação final
Nº de AF afectados pelo Projecto com acesso a	Linha de base	Avaliação final

Projecto de Emergência para a Melhoria da Qualidade e Eficiência de Energia (PERIP)

electricidade		
Rendimento médio dos AF afectados pelo Projecto	Linha de base	Avaliação final
Fonte de rendimento dos AF afectados pelo Projecto	Linha de base	Avaliação final
Nº de AF afectados pelo Projecto com uso de serviços de saúde	Linha de base	Avaliação final
Nº de AF afectados pelo Projecto que não sabem como evitar ITS e HIV/SIDA	Linha de base	Avaliação final
Nº de AF afectados pelo Projecto que tem membros com doenças crónicas	Linha de base	Avaliação final
Proporção de bens duráveis possuídos pelos AF afectados pelo Projecto	Linha de base	Avaliação final

O plano detalhado de execução e monitoria da implementação será realizada na conclusão do Plano.

Anexos

Appendix A. Consulta Pública	54
Appendix B. Relatório fotográfico	68

Appendix A. Consulta Pública

A.1. Relatório de perguntas e respostas

Actas das Reuniões das Consulta Pública

Locais:

Bairro de Jardim, Associação Sombra da Enxada, Dia 17/5/2017 das 10:00 às 11:00

Bairro de Jardim, Associação Sombra da Enxada, Dia 18/5/2017 das 09:00 às 10:30

Bairro de Jardim e Luís Cabral: 18 a 31 de Maio de 2017

Cidade de Maputo e Distrito de Marracuene, todos bairros abrangidos

pelo Projecto: 01 a 15 de Junho de 2017

Questões (Q) / Comentários (C) ²²	Respostas (R) / Comentários (C)
Feliz Augusto Mutambe – Jardim – Hortícolas – 840301655/826797743 Quando vão colocar postes para a iluminação na via pública ao longo da estrada paralela a linha de energia por reabilitar entre a 2M e CTM. Há muitos	Vamos encaminhar a questão à EDM para dar seguimento.

²² Esta coluna contém dados colocados intencionalmente em preto

Questões (Q) / Comentários (C) ²²	Respostas (R) / Comentários (C)
ladrões aqui porque fica escuro durante a noite.	
<p>Brito Alberto Mondlane - Jardim – Hortícolas</p> <p>No passado já a EDM fez obras desta natureza, em que alguns de nós já estivemos envolvidos. O que a EDM pretende com esse novo trabalho, vão nos tirar daqui?</p>	<p>Como nós explicamos, o projecto é para a melhoria da qualidade de energia eléctrica. Pouco antes do início das obras a comunidade de agricultores será informada de forma mais explícita sobre os danos reais que irá sofrer e saberão quantos dias os trabalhos vão decorrer e vocês sem poder trabalhar nas machambas. E como falamos, haverá compensação pelos prejuízos que a EDM causar.</p> <p>Por enquanto estamos no processo de conhecer quem provavelmente estará afectado. Serão feitos aterros entre os actuais postes e a rua existente para que as maquinas possam trabalhar com segurança para substituição de postes e na altura de esticar os cabos.</p>
<p>Glória José Gabriel - Jardim – Hortícolas</p> <p>O que vai acontecer, mesmo? Esta nossa área é familiar vão parar com todos nós? Vão nos pagar?</p>	<p>Não irá se interditar a produção agrícola por definitivo. Apenas as pessoas entre os postes da linha mais a Este (DL10) e a rua existente serão interditados temporariamente durante as obras. Quanto ao pagamento, será feito para os elegíveis, ou seja, as pessoas que forem afectadas.</p>
<p>Sérgio Júlio Langa – Proprietário do Estaleiro de Aguas Langa - 84 6127665 - Av. Grande Maputo (33kV)</p> <p>(Obs: Possui Mercearia, estaleiro de blocos, e furo de venda de água no passeio da Av. Grande Maputo)</p> <p>O espaço onde está o poste da EDM, na área onde produzo blocos, não faz parte da minha propriedade. É espaço público e a EDM poderá fazer manutenção da linha sem que me perturbe. Há muito espaço porque é área de servidão da estrada circular da Maputo Sul.</p>	<p>Vamos encaminhar a questão à EDM para dar seguimento.</p>

Questões (Q) / Comentários (C) ²²	Respostas (R) / Comentários (C)
<p>Estou preocupado com o cabo de suporte do poste angulo que entra no meu espaço pois dificulta a actividade de produção de blocos. Quando a EDM vem retirar esse cabo?</p>	
<p>Ana Maria Soares – 846759360 (33kV) (Vendedora de Hortícolas na via pública na Praça da Juventude)</p> <p>O projecto é bem-vindo, concordo que a minha actividade seja interrompida por algumas horas. Aconselho que os técnicos do projecto sejam rápidos para que eu possa retomar a minha actividade com urgência pois a minha família sobrevive dos lucros desta venda.</p>	<p>A sua recomendação será considerada na planificação das obras do projecto.</p>
<p>José Eduardo Zandamela – 844619122 (33kV) (proprietária da casa de frescos Peixes e Frangos - Praça da Juventude)</p> <p>Quando será implementado esse projecto de melhoramento de energia?</p> <p>O meu negocio fica muito prejudicado com a qualidade actual de energia, os produtos, principalmente fígado e sardinha, perdem qualidade com os problemas actuais de oscilação e as vezes cortes de energia.</p> <p>Mandei vir máquinas de processamento de Hambúrguer e sorvete, mas, se a energia continuar desta forma serei obrigada a comprar gerador, e isso é um grande prejuízo para o meu negócio.</p> <p>Quanto às obras, poderá se substituir o poste e partir o passeio sem prejudicar a minha actividade. Eu posso parar minha actividade por 3 horas, se é para me beneficiar, nem precisarei de cobrar, se o tempo se alongar para mais dias, aí sim, vamos conversar com a EDM no sentido de me compensar.</p> <p>A EDM deve saber que é urgente materializar esse</p>	<p>Como nós explicamos, o projecto é para a melhoria da qualidade de energia eléctrica. A fase em que se encontra consiste em fazer os primeiros contactos com os possíveis afectados no corredor que a EDM pretende trabalhar. Espera-se que o projecto seja concluído em 2019. As suas preocupações serão consideradas no desenho do Projecto. Esperamos que a implementação do Projecto contribua para a qualidade da energia de seu estabelecimento.</p>

Questões (Q) / Comentários (C) ²²	Respostas (R) / Comentários (C)
<p>Projecto.</p>	
<p>Inocência Maria Simão – 844298916 (33kV) (Proprietária de Mercearia - Contentor Amarelo)</p> <p>Eu vendo cerveja gelada, carnes e outros. No verão minhas vendas ficam prejudicadas e é a época que aumentam os consumos. Queremos desenvolver as nossas actividades. Quero que a EDM seja urgente com esse projecto. Poderei liberar acesso ao poste.</p> <p>Por outro lado, muitas mulheres são violadas na calada da noite, por atravessarem locais escuros. Mulher também tem direito de se divertir, a EDM deve resolver também o problema de iluminação pública nos bairros.</p>	<p>Vamos encaminhar a questão à EDM para dar seguimento.</p>
<p>Argentina Rodrigues Matola – 845026924 (33 kV) (Vendedora de refeições - praça da Juventude)</p> <p>O meu negócio estará afectado porque estou mesmo por baixo de poste, mas nem com isso eu me sentirei prejudicada, “para arranjar precisa estragar”, o projecto é bem-vindo. Muitas coisas vão melhorar, a luz vai ser muito boa, em casa o meu congelador vai conseguir arrancar durante a noite. O frango que eu conservo vai manter sempre bom.</p> <p>Quando vão iniciar essas obras?</p>	<p>Vamos encaminhar a questão à EDM para dar seguimento. Espera-se que o projecto seja concluído em 2019. Quanto ao início das obras neste local específico, neste momento não temos datas, mas logo que for programado serão avisados.</p>
<p>António Fonseca – 848537326 (33 kV) (proprietário da Estofaria Ndjango)</p> <p>Precisamos destas obras, a energia para nós que usamos máquinas é muito importante.</p> <p>Sentimos muito a oscilação e cortes constantes. O meu negócio fica prejudicado com a oscilação e cortes, e não com uma paragem temporária e objectiva. É só nos avisar par organizarmos as</p>	<p>Agradecemos a V. disposição em colaborar com a EDM para a resolução destes problemas. A EDM informará quando as obras iniciarem.</p>

Questões (Q) / Comentários (C) ²²	Respostas (R) / Comentários (C)
<p>nossas mercadorias e a EDM trabalhará à vontade, queremos colaborar. O passeio pode ser partido se necessário.</p>	
<p>Leonardo Eugénio Guambe – 842225766 (33 kV) (proprietário de Tyre Zone – reparação de pneus)</p> <p>Nós com esta actividade de venda e remendo de Pneus, trabalhamos até as 17:00h. Com a melhoria de energia eléctrica acredito que podemos trabalhar durante a noite e em segurança. Com a escuridão os ladrões se aproveitam de nós, mas com iluminação na via publica, estas acções de <i>bandidagem</i> vão diminuir. Poderá se incluir iluminação pública no projecto?</p> <p>Nós sairemos a ganhar, o projecto não deve demorar!</p>	<p>Vamos encaminhar a questão à EDM para dar seguimento.</p>
<p>Tauzilia César Comigo – 824897694 (33 kV) (Vendedeira em Banca Móvel junto a poste)</p> <p>O Projecto é bem-vindo, é para nos beneficiar a todos. Não preciso ser compensada, nem ficarei prejudicada, vou mudar temporariamente para outro lugar. A EDM precisa resolver esse assunto que afecta a nós todos.</p>	<p>Vamos encaminhar a questão à EDM para dar seguimento.</p>
<p>Angelina Mundjovo e Manuel Rafael Ngune (casal) – 842098111 (66 kV) (residentes em casa supostamente na servidão da circular em Chihango)</p> <p>Nós sabemos que uma parte da casa está dentro da servidão da estrada, mas os donos (Associação de Apoio às Crianças Órfãs e Vulneráveis), não quiseram negociar com Maputo Sul e não serão abertos a ceder o espaço a EDM</p>	<p>A casa não será afectada. A linha do projecto vai passar junto a actual linha de 33 kV no espaço disponível da servidão da estrada em frente a casa.</p>
<p>João Américo Mpfumo – 823023610 (66 kV)</p>	<p>Agradecemos a disponibilidade em ter a linha a passar no actual corredor da EDM.</p>

Questões (Q) / Comentários (C) ²²	Respostas (R) / Comentários (C)
<p>(Proprietário da Quinta Floresta, atravessada em cerca de 1.4km pela actual linha de 66 kV e com uma piscina quase por baixo da linha. Marracuene, Bairro Bolasse)</p> <p>Há situações que me incomodam. A EDM quando se faz a minha propriedade não usa a entrada principal que parte da estrada N1, passa por qualquer lugar e assim estragaram a vedação, pensei em falar com o PCA da EDM mas não materializei esse meu desejo.</p> <p>Aceito que os Postes sejam movidos para em direcção a N1, de modo a deixar livre a casa e a Piscina. Os cabos devem passar fora da casa. Ter cabos passando por cima da casa não é bom, dá cabo da saúde lentamente.</p> <p>Agradeço que o Projecto considere o afastamento da linha existente por cima da casa e da piscina em direcção a N1 e espero que a implementação do Projecto seja urgente.</p> <p>O Projecto de melhoria da qualidade e eficiência de energia é bem-vindo. Os cabos devem passar fora da casa, concordo que os postes passem pela minha propriedade.</p>	<p>Iremos encaminhar os comentários e será contactado novamente na execução do projecto</p>
<p>Elisabete Tchavene Silvano – 840674255 (66 kV)</p> <p>(Residente na rotunda entre a Av. Grande Maputo e o Prolongamento da Av. Marginal – Bairro de Albazine, localidade de Chihango)</p> <p>Não há nenhum impedimento em se colocar o Poste aqui, eu sei que estou dentro da servidão de estrada. A Maputo Sul já me indemnizou, e eu estou por sair para outra residência.</p>	<p>As suas expectativas serão consideradas no estudo e encaminhadas a EDM para seguimento.</p>
<p>Abdul Alim – 847480500, indozinco@hotmail.com (66 kV)</p> <p>(Proprietário da empresa Indo Zinco, com terreno na margem da estrada N4 entre a ponte de travessia aérea e a esquadra policial na MAQUINAC)</p>	<p>O projecto está em fase de estudo e a procura de melhores alternativas económica e tecnicamente viáveis desde que respeitem a componente social.</p> <p>Não temos uma proposta nesta fase.</p> <p>A sua posição será considerada no estudo.</p>

Questões (Q) / Comentários (C) ²²	Respostas (R) / Comentários (C)
<p>Qual é a proposta de indemnização oferecida pelo Projecto?</p> <p>O terreno está em negociação para ser compensado pela Maputo Sul, para dar lugar a estrada da circular que liga a ponte da Catembe. Mas a EDM pode ficar com o espaço na totalidade nas condições acima e depois partilhar com a Maputo Sul.</p>	<p>Este é um primeiro encontro e caso seja necessário poderá ser contactado novamente.</p>
<p>Centro de reabilitação Psicossocial – Mahotas</p> <p>Hospital Sagrado Coração de Jesus</p> <p>21440132</p> <p>Estamos dispostos a colaborar com a EDM. Desde que nos seja comunicado, iremos liberar o acesso da nossa propriedade para que a EDM faça manutenção do poste existente cá dentro sem impactos para nós.</p>	<p>As suas expectativas serão consideradas no estudo e encaminhadas a EDM para seguimento.</p>
<p>Fernando Cumba Kimbine - Av. Joaquim Chissano, Bairro Inhagoia - 844176187</p> <p>Vivo a 18 anos. Encontrei o poste de 66 kV e construí ao lado.</p> <p>Reconheço que é perigoso ter o poste encostado a minha casa. Se a EDM pretende iniciar com obras de melhoria da rede é bem-vinda.</p> <p>Não vão nos tirar daqui, não tenho outro local para residir?</p>	<p>Nesta primeira conversa não a considerar a retirada do Sr. Fernando. As suas preocupações serão consideradas no estudo e encaminhadas a EDM para seguimento.</p>
<p>Sílvio Ponto Maria Canto - Av. Joaquim Chissano, Bairro Inhagoia - 843005862</p> <p>Estou disposto a ceder espaço no canto do meu quintal para colocação do Poste. As obras devem ser urgentes. Ultimamente não é possível as pessoas se divertirem sem que haja interrupção devido a constantes cortes de energia. Outro problema é dos assaltos na calada da noite devido a escuridão. Assaltam mulheres, mesmos a partir das 18 horas, neste tempo de inverno.</p>	<p>As suas expectativas serão consideradas no estudo e encaminhadas a EDM para seguimento.</p>

A.2. Lista de Presenças – Marracuene e Maputo

Projecto para Melhoria de Qualidade e Eficiência de Energia – PERIP

QUADRO DE POLITICA DE REASSENTAMENTO (RFP)

Lista de Pessoas Consultadas Durante Elaboração do Documento

Local: B. Jardim - Associação Sombra das Encostas Data: 17 de Maio de 2017

Nº	Nome	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CONTACTO	E-MAIL
	EUSEBIO ANTONIO NHAZZATE	EDM	ELECTRICISTA	840343262	-
	Alcides Fernandes Nissari	SOMENIA DAS ENCASTAS	Presidente	845315080	
	Amelino Matinho	C. G. 30	OPERADOR	823879917 *	
	Guilherme Brite	chefe bloco	Trabalador	824748070	1º Bloco
	Feliz AURÉLIO CHAVUE	SOMBRADEEN	ALGOMOTORO	845602302	2º Bloco
	Somassambane F. Vumbel	C. G.	chefe E	-	
	Suzete Leopoldo	Circulo do Bairro	Sec. do Jardim	844070305	
	DAVID MARAUE NE	consultor	Consultor Social	847694555	

Projecto de Reabilitação e Reforço da Rede de Distribuição de Energia da Cidade de Maputo

Projecto para Melhoria de Qualidade e Eficiência de Energia – PERIP

QUADRO DE POLITICA DE REASSENTAMENTO (RFP)

Lista de Pessoas Consultadas Durante Elaboração do Documento

Local: Associação Sombra das Enchadas Data: 17 de Maio de 2017

Nº	Nome	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CONTACTO	E-MAIL
	NASCBO J. CADAMULA	S. de Enchada	ABSCULTOR	845109085	
	Clara Joel Tchamane	"	"	843738462	
	Orlando Zimba	"	"	845994890	
	João Chalico	S. Enchada	Agricultor	842978677	
	Beazada	S. Enchada	Agricultor	847376303	
	João Matheus Changué	S. Enchada	Agricultor	846167301	
	Nirala António S. Lopes	S. de Enchada	Agricultor	849435341	
	Joana Cosamul	S. de Enchada	Agricultor	844533434	
	Holena Sarembeo Sim	"	"	843824885	
	Mirra Manuel			820815644	
	Justina Julia Jaba			823733500	

Projecto para Melhoria de Qualidade e Eficiência de Energia – PERIP

QUADRO DE POLITICA DE REASSENTAMENTO (RFP)

Lista de Pessoas Consultadas Durante Elaboração do Documento

Local: Associação Sombra das Enchadas Data: 18 de Maio de 2017

Nº	Nome	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CONTACTO	E-MAIL
	João Chuguelane Gramma	Associação Sombra das Enchadas	Agricultor	928840710 863938791	
	Alvaro Francisco Lima				
	Filipe Soudane	S. de Enchada	chef de blocos	827430519	
	BRITO ALBERTO Mendonça	S. de Enchada	AGRICULTOR	842573889	
	Alberto Ernesto Moxima	S. de Enchada	Agricultor	844490301	
	Marcelino Juliano Mollá	S. Enchada	Agricultor	826874028	
	Francisca Maria Makim			8616224511 840302516	
	Louise Inácio Rocha	S. de Enchada	Agricultor	82743200	
	Roberta Agostinho	S. de Enchada	Agricultor	842353570	
	Alzira Borta	"	"	847852172	
	Gracinda Macaneta	"	"	846518278	

Projecto de Reabilitação e Reforço da Rede de Distribuição de Energia da Cidade de Maputo

Projecto Para Melhoria de Qualidade e Eficiência de Energia Eléctrica - PERIP
QUADRO DE POLITICA DE REASSENTAMENTO (RPF)

Lista de Pessoas Contactadas Durante a Elaboração do Documento

Local: Bairro Jardim Data: 30/05/17 de 2017

Nº	Nome	Proveniência	Ocupação	Contacto	Assinatura
1	Cristina Josefa Mylase	Bº Jardim	Camponesa	84658663	CRISTINA
2	Alberto Ernesto Mummy	Bº Jardim	Camponês	844490301	ALBERTO
3	Adelaida Alberto N. Hentubo	Bº Jardim	Camponese	825436774	x Adelaida de M.
4	Feliz Augusto Mutanke	Marracuene	Camponês	826797743	FELIZ Augusto M.
5	Mareelmo				
6	Rosina Agostinho Ubise	Bº Jardim	Camponesa	842353570	Rosalina
7	Narciso Samuel Casamule	Machava Socimul	Camponês	844533434	NARCISO
8	Catarina	Bº Jardim	Camponês		
9	Carolina Pascoal Manguel	Bº Jardim	Pedreiro		
10	Marta Ana Rodrigues	Bº Jardim	Camponês	846223381	Marta Ana
11	Cecilia Eunice Casimiro	Bº Jardim	Camponês	847887235	Cecilia Eunice
12	Astor António Clunhe	Bº Jardim	Pastor de Igreja	842308577	ASTOR

PERIP-2017

Projecto Para Melhorar de Qualidade e Eficiência de Energia Eléctrica - PERIP
QUADRO DE POLITICA DE REASSENTAMENTO (RPF)
 Lista de Pessoas Contactadas Durante a Elaboração do Documento

Local: _____ Data: _____ de 2017

Nº	Nome	Proveniência	Ocupação	Contacto	Assinatura
13	Bernardo Longa	5 ^o - Jardim C-4-Q 29	Camponês	824121432	Bernardo Longa
14	Amendo Afonso Alfontumbwa	3 ^o - Patuáio	Esternoso camponês	825531267	
15	Silvino Pereira N= Leite	Inhagora	Motante	844176187	

PERIP-2017

Projecto de Reabilitação e Reforço da Rede de Distribuição de Energia da Cidade de Maputo

Projecto Para Melhoria de Qualidade e Eficiência de Energia Eléctrica - PERIP
QUADRO DE POLÍTICA DE REASSENTAMENTO (RPF)

Lista de Pessoas Contactadas Durante a Elaboração do Documento

Local: _____ Data: _____ de 2017

Nº	Nome	Proveniência	Ocupação	Contacto	Assinatura
	Fernando Nhassengo	De Jardim	Professor De Gestão Geral	844176182	Nóica Fernando

P-2017

Appendix B. Relatório fotográfico

O relatório fotográfico é apresentado em ficheiro separado.

